



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA

LIZANDRA NOIA DA SILVA

**TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS NEGRAS EM DELMIRO
GOUVEIA/AL: MEMÓRIAS E IDENTIDADES**

Delmiro Gouveia – AL
2021

LIZANDRA NOIA DA SILVA

**TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS NEGRAS EM DELMIRO
GOUVEIA/AL: MEMÓRIAS E IDENTIDADES**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, como requisito para obtenção do título de Graduação.

Orientadora: Profa. Dr. Maria Aparecida Silva

Delmiro Gouveia – AL

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Sâmela Rouse de Brito Silva CRB-4/22063

S586t Silva, Lizandra Noia da

Trajetória de professoras negras em Delmiro Gouveia/AL: memórias e identidades / Lizandra Noia da Silva. – 2021.
65 f. : il.

Orientação: Maria Aparecida da Silva.
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Delmiro Gouveia. 2. Identidade. 3. Memória. 4. Professoras negras. I. Título.

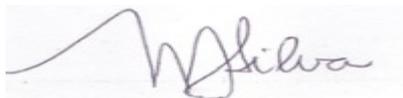
CDU: 981(813.5)

LIZANDRA NOIA DA SILVA

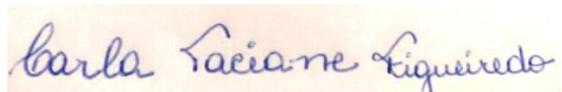
**TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS NEGRAS EM DELMIRO
GOUVEIA/AL: MEMÓRIAS E IDENTIDADES**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas/Campus Sertão, como requisito para obtenção do título de licenciada em História, e aprovada em 30 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Aparecida Silva – UFAL (Orientadora)



Profa. Dra. Carla Taciane Figueiredo – UFAL (Examinadora Interna)



Profa. Dra. Ana Cristina Conceição Santos – UFAL (Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois em meio às dificuldades foi meu alicerce para permanecer confiante. Por meio da minha fé, consegui ultrapassar todos os obstáculos e concluir este trabalho.

Aos meus pais, Maria Aparecida Pereira Lima e Manoel Noia da Silva, por toda a compreensão e incentivo. Após o nascimento do meu filho, eles foram minha rede de apoio, sendo fundamentais nessa nova fase, sempre fazendo de tudo para ver este trabalho realizado.

Dedico a toda a minha família, que direta ou indiretamente contribuíram com incentivos e sendo pacientes em todas as vezes que precisei ficar ausente.

Aos amigos de curso e todos que se fizeram presentes nesse percurso, incentivando e apoiando, em especial às amigas Claudielly Vilar, Gigiele Fontes, Maria Lucia e Maria Clarice.

Todos os professores do curso de História, especialmente ao professor Gustavo Gomes e professor Vladimir Dantas, que foram os primeiros incentivadores dessa pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Aparecida Silva, por ter aceitado desde o início fazer parte deste projeto. Agradeço por toda a dedicação e paciência, por todo o conhecimento que pude adquirir através dos seus ensinamentos e indicações de leitura.

Um agradecimento especial a todas as professoras negras que aceitaram fazer parte desta pesquisa, cuja realização não teria sido possível sem elas. Agradeço por terem disponibilizado o seu tempo e exposto suas vivências enquanto mulheres negras e educadoras negras.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado *Trajatória de professoras negras em Delmiro Gouveia/AL: memórias e identidades*, têm como principal objetivo analisar o processo de formação identitária das professoras a partir de suas experiências enquanto mulheres negras e educadoras. Busca-se compreender como o reconhecimento étnico-racial das professoras pode afetar o desenvolvimento dos alunos na construção da identidade étnico-racial. Nesse contexto, expõe-se uma discussão acerca do significado de identidade abordado por autores(as) como Munanga (2020) e Gomes (2005) em relação com a identidade negra. Diante disto, faz-se apontamentos sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, apresentando o feminismo negro na luta contra pensamentos machistas e sexistas, tendo como referencia autoras como Carneiro (2003) e Ribeiro (2017). Seguindo essa linha de pensamento, é fomentada a discussão sobre a inserção de negros/as no espaço escolar, uma vez que os sujeitos dessa pesquisa são professoras negras. Nesse sentido, explana-se a respeito de figuras importantes e movimentos que foram fundamentais nesse processo no qual o negro luta e resiste perante uma sociedade segregacionista. Nesse percurso de lutas e resistências, a lei 10.639/03, que torna obrigatório os estudos sobre a cultura africana e afro-brasileira, é considerada uma grande conquista do movimento negro. A referida pesquisa busca identificar a efetivação da lei 10.639/03, demonstrando os prós e os contras que interferem na sua aplicabilidade. A partir das entrevistas, compreende-se que a construção da identidade étnico-racial depende de vários fatores. A família torna-se fundamental nesse processo, além do conhecimento e da valorização da estética negra. A professora que se autodeclara negra pode influenciar os alunos no processo de construção da identidade negra. O racismo é algo que ainda se encontra arraigado na sociedade, presente no cotidiano, muitas vezes de forma velada e outras de modo totalmente explícito. A pesquisa tem fundamentação teórica em autores que discutem identidade negra, feminismo negro, educação e relações de gênero. A pesquisa é qualitativa e tem como recurso metodológico a história oral, ou seja, utiliza-se de entrevistas semiestruturadas como coleta de dados.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Professoras Negras; Identidades; Memórias.

ABSTRACT

The present work, entitled *Trajectory of black female teachers in Delmiro Gouveia/AL: memories and identities*, has as main objective to analyze the process of identity formation of female teachers based on their experiences as black women and educators. It seeks to understand how the ethnic-racial recognition of teachers can affect the development of students in the construction of ethnic-racial identity. In this context, a discussion about the meaning of identity is discussed by authors such as Munanga (2020) and Gomes (2005) in relation to black identity. Given this, notes are made on the condition of black women in Brazilian society, presenting black feminism in the fight against sexist and racist thoughts, having as reference authors such as Carneiro (2003) and Ribeiro (2017). Following this line of thought, the discussion about the insertion of black people in the school space is encouraged, since the subjects of this research are black teachers. In this sense, it explains about important figures and movements that were fundamental in this process in which black people fight and resist a segregationist society. In this path of struggles and resistance, the law 10.639/03, which makes studies on African and Afro-Brazilian culture mandatory, is considered a great achievement of the black movement. This research seeks to identify the effectiveness of law 10.639/03, demonstrating the pros and cons that interfere with its applicability. Based on the interviews, it is understood that the construction of ethnic-racial identity depends on several factors. The family becomes fundamental in this process, in addition to the knowledge and appreciation of black aesthetics. The self-declared black teacher can influence students in the process of building a black identity. Racism is something that is still ingrained in society, present in everyday life, often in a veiled way and others in a totally explicit way. The research is theoretically based on authors who discuss black identity, black feminism, education and gender relations. The research is qualitative and has oral history as a methodological resource, that is, it uses semi-structured interviews as data collection.

Keywords: Black Women; Black Teachers; Identities; Memories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	14
FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES NEGRAS	14
1.1 O processo de construção da Identidade.....	14
1.2 História das mulheres: condição da mulher negra na sociedade brasileira e o feminismo negro.....	20
CAPÍTULO 2	29
NEGRAS E NEGROS NO ESPAÇO ESCOLAR	29
2.1 FNB, educação e as dificuldades de acesso no espaço escolar.....	33
2.2 Efetivação da lei 10.639/03 e suas contribuições na construção da identidade negra.....	38
CAPÍTULO 3	45
EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO	45
3.1 Construção da identidade étnico-racial.....	45
3.2 Trajetórias/experiências.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	62

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal fundamento analisar o processo de formação identitária das professoras negras que residem no município de Delmiro Gouveia, Alto Sertão de Alagoas, conforme as suas experiências de vida. Logo, é notória a importância e a necessidade de se trabalhar a construção identitária de mulheres negras, uma vez que ainda presenciamos fatos de uma realidade arcaica, cuja imagem feminina é deturpada e estigmatizada. Infelizmente, diante dessa realidade, as mulheres negras acabam sendo as mais atingidas, restringidas a um complexo de inferioridade que em nada contribui para o processo de construção e aceitação de sua identidade.

Desse modo, mostramos o quanto a mulher negra ainda precisa lutar e resistir para desconstruir conceitos que se encontram presentes em uma sociedade que ainda se manifesta por meio de ideais contraditórios, carregando consigo as marcas do período escravocrata, ainda enraizadas em pleno século XXI.

Além do desdobramento que nos leva ao debate sobre identidade da mulher negra no meio social como um todo, também enfatizamos a importância de trazer essa problemática para o âmbito educacional, onde procuramos analisar esse contexto em conjunto com professoras negras da cidade de Delmiro Gouveia – AL. Buscamos saber como a professora negra se autodeclara e sobre como sua autodeclaração pode influenciar o seu trabalho e os seus próprios alunos, tendo a visão de uma pessoa que é formadora de opiniões, o que está diretamente ligado à formação de cidadãos críticos e atuantes.

Dentro dessa perspectiva, entre memórias e identidades, tomamos como ponto de partida o reconhecimento étnico-racial que envolve as mulheres negras professoras, sujeitos desta pesquisa, objetivando verificar se existe uma afirmação da negritude¹ diante do contexto histórico que perpassa gerações. Segundo o olhar de Silva (2009, p. 125): “Num contexto onde a ação mais comum entre as pessoas negras é negar a sua condição étnico-racial, tornar-se negro é também tornar-se exemplo de assunção. É assumir sua própria vida e ser referência no seu espaço de convivência [...]”.

1 Cf.: DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 24-25-26: 193-210, 2002/2003/2004/2005.

Decerto, é evidente que as relações são influenciadas e que a mulher negra se torna mais politizada na medida em que se reconhece como tal. Dessa forma, é inquestionável que a tomada de consciência é uma forma de motivar a luta antirracista. No livro *Pequeno manual antirracista*, Djamila Ribeiro (2019) faz essa discussão, fazendo-nos refletir e questionar sobre as questões que perpassam uma sociedade estruturalmente racista. Desse modo, a autora aponta que devemos, primeiramente, buscar conhecimento. É importante entender como o racismo se reproduz e de que modo ele opera no meio social. Além disso, a autora também aponta sobre a “valorização da estética negra”, ou seja, sobre se sentir bem e reconhecer a negritude como algo positivo, além de aceitar a representatividade negra e, assim, inserir-se num contexto de visibilidade.

Portanto, entre os principais meios de resistência, a tomada de consciência é fundamental. A aceitação é o primeiro passo para buscar conhecimento e ter uma formação política para lutar e resistir contra as formas de opressão. O próprio movimento negro é resistência, portanto fazer parte ou apoiar as causas do movimento é uma forma de resistir.

Dentro desse contexto, contamos com a participação de 08 (oito) professoras negras da localidade supracitada que compõem o corpo docente de escolas particulares e públicas da rede municipal e estadual. Por permissão das professoras, todas serão identificadas neste trabalho pelo seu primeiro nome.

A referida pesquisa será desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica com autores que discutem memória e identidade, racismo e educação, além de serem utilizadas como metodologia entrevistas semiestruturadas. A intenção é tentar identificar os prós e os contras que estiveram presentes no processo de autorreconhecimento étnico-racial das professoras negras entrevistadas.

As questões postas são: Como se deu o processo de autorreconhecimento étnico-racial das professoras? Quais os traços de memória e identidade étnico-racial que essas mulheres carregam? Como a formação identitária dessas mulheres interfere na sua prática pedagógica? Esses são alguns dos questionamentos que serão trabalhados no ato da pesquisa e relacionados à prática docente e à formação identitária. Desse modo, a pesquisa será desenvolvida pelo método qualitativo.

Primordialmente, a pesquisa em si se desenvolve sob a visão historiográfica, tendo como base os fundamentos da história social e oral. Nesse sentido, é importante ressaltar que a história oral contribui de forma significativa para a

elaboração da pesquisa, de modo que pode ser apresentada uma nova perspectiva sobre esse contexto no qual a mulher negra está inserida, estabelecendo o conceito de identidade sobre o desenvolvimento da memória individual e coletiva.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1996, p. 476).

O historiador Jacques Le Goff (2013) apresenta essa relação entre memória e identidade de modo que podemos perceber que é através da memória que as histórias vão sendo construídas e as identidades tomam forma. Portanto, a memória traz consigo o sentimento de recordação, podendo apresentar significado positivo ou negativo sobre a vida de uma pessoa.

Conforme o pensamento de Pierre Ansart (2001, apud FELIZARDO, 2009, p. 10), “[...] que memória conserva o indivíduo de seus próprios ressentimentos?” A princípio, o interesse por essa temática decorreu de uma inquietação pessoal, com o meu despertar enquanto mulher negra, o que aflorou com a vida acadêmica e discussões sobre questões de cunho político, social e cultural. Adveio disso o meu interesse em pesquisar sobre a identidade negra feminina, buscando um entendimento além das questões que já nos são direcionadas.

Sem dúvida, o processo de autoaceitação pode ser lento e doloroso, podendo deixar marcas na vida de uma pessoa. Logo, quando falamos de identidade negra, é importante considerar que existe uma série de fatores que podem influenciar essa autoaceitação, principalmente porque ainda vivemos em uma sociedade de rótulos, que padronizam as pessoas e constroem um conceito de belo que muitas vezes não condiz com a realidade.

Por outro lado, podemos ressaltar a influência de outras pessoas além de nós mesmos nesse processo, como a família e os amigos; ou seja, podemos dizer que, de início, os esforços partem do indivíduo que deseja se autorreconhecer como negro e ter o sentimento de pertença. No entanto, existe uma série de fatores sociais que interferem nesse ato, de tal maneira que a forma de reação perante esse processo de identidade pode variar de acordo com cada pessoa, pelo seu estilo de vida, sua forma de pensar, agir e suas memórias.

Portanto, é com essa explanação que exteriorizo o meu envolvimento com o tema, tornando explícitos os meus anseios, enquanto mulher negra, de ocupar um espaço, de ter visibilidade e mostrar diferença, contribuindo através desta pesquisa para uma representatividade junto à sociedade delmirensense.

O referido trabalho estrutura-se em três partes. No primeiro capítulo, faremos uma abordagem a respeito do conceito de identidade no contexto que engloba identidade individual e coletiva. Dessa forma, teceremos um diálogo com base no pensamento de autores como Stuart Hall (2014, 2015) e Kathryn Woodward (2014). Ambos trazem a ideia de uma identidade mutável, podendo se desenvolver na sua multiplicidade, sujeitando-se a transformações. Seguindo a discussão sobre identidade negra, ressaltamos o posicionamento do autor Kabengele Munanga (2020) acerca desse processo de construção da identidade negra.

Faremos uma discussão acerca da identidade negra, tendo a pesquisa como foco a construção identitária de mulheres negras. Nesse contexto, será realizada uma explanação histórica a respeito dessas mulheres no sentido político e social, instigando uma discussão sobre a condição feminina e sobre como é ser mulher e negra na sociedade brasileira. Dessa maneira, para engajamento nessa discussão, desfruto dos pensamentos de autoras como Djamilia Ribeiro (2017) e Sueli Carneiro (2003).

No segundo capítulo, discutiremos a problemática do processo de formação da identidade negra no âmbito educacional, tendo em vista que o sujeito dessa pesquisa se constitui dos sentidos de ser mulher, negra e educadora. Assim, dialogaremos com pensamentos de autores como Nilma Lino Gomes (2011), Daniela do Carmo Kabengele (2015) e Petrônio Domingues (2008).

A intenção, nesse capítulo, é traçar o percurso feito por negras/os até a inserção no ambiente escolar. Ressalto, em torno da importância de se discutir sobre o contexto da educação diante das questões que envolvem o estudo da história afro-brasileira e africana, os desdobramentos da lei 10.639/03 como meio de contribuição para a construção da identidade negra.

O terceiro capítulo é o momento de apresentar o resultado da pesquisa. É onde apresentamos a voz das mulheres negras educadoras, suas vivências com o racismo e discriminações, suas vivências e experiências enquanto professoras negras na cidade de Delmiro Gouveia – AL e, o mais significativo, sua superação e

empoderamento. Como forma de nortear a pesquisa nesse capítulo final, traremos como principal referência as palavras de cada professora entrevistada.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES NEGRAS

1.1 O processo de construção da identidade

O termo identidade abrange uma variedade de sentidos, fazendo parte da vida de cada pessoa, no sentido de interferir na construção do ser, em se autodeclarar e se autoafirmar enquanto pertencente a um grupo, podendo ser interpretado como uma definição que o sujeito tem dele próprio, bem como a definição que os outros lhe concedem. Além de tudo isso, a identidade age diante de um conceito social e humano, transformando a realidade. Conforme demonstrado no pensamento da pesquisadora e ex-ministra² Nilma Lino Gomes (2005, p. 41): “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais.”

Com características complexas e abrangentes, o entendimento sobre o conceito de identidade engloba atributos que envolvem questões de gênero, raça, questões sociais e culturais, sendo considerada uma forma de identificação que se desenvolve por meio da interação. Gomes (2005, p. 42) destaca: “Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros.”

Também é perceptível que existe uma variação de significados sob o termo identidade. Cada autor tem a sua colocação sobre esse conceito, que vem evoluindo ao longo do tempo e das transformações sociais. Assim, segundo Hall (2015), a ocorrência de mudanças na sociedade, seja no contexto político ou social, interfere no desenvolvimento das identidades. Ele ainda coloca que estamos diante de várias identidades, ou seja, não podemos interpretá-las como algo único, mas sim como algo diversificado, num sentido mais amplo e sujeito a mutabilidade, determinada por fatores como raça, meio e momento histórico.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os interesses de significação e representação cultural se multiplica, somos confrontados por uma

² Nilma Lino Gomes, ex-ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Brasil no período de 02 de outubro de 2015 a 11 de maio de 2016.

multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente (HALL, 2015, p. 12).

Portanto, a discussão sobre esse processo pode se tornar bastante emblemática. O sujeito, desde o seu nascimento, acaba sendo condicionado direta ou indiretamente a viver e construir identidades próprias, seja pelo gênero ou pela cor, inicialmente. Na medida em que a pessoa cresce e vai tendo um contato maior com a realidade exterior, para além da família, ela vai sendo influenciada e, ao mesmo tempo se, encontrando em identidades que lhe tragam o sentimento de pertença. É claro que, na prática, tudo isso pode se tornar muito complexo. O processo de formação identitária pode ser lento e doloroso, uma vez que pode existir uma rejeição na autoaceitação e na afirmação de tal identidade.

Dentre tantos exemplos, temos como referência a identidade negra. Dentro de um contexto histórico, a autoaceitação de tal identidade é um ato de luta e resistência, uma vez que se desenvolve dentro de um cenário de constantes reivindicações por igualdade de direitos e cidadania de negros/as na sociedade brasileira. Essa luta histórica é o reflexo de uma sociedade que viveu por séculos um sistema escravocrata e segregacionista.

No livro *Negritude: usos e sentidos*, o autor Kabenguele Munanga (2020) igualmente fomenta a discussão sobre a construção da imagem do negro ao longo do tempo. Diante de tais discussões, é ressaltada a influência da visão eurocêntrica nas crenças e costumes, ou seja, o colonizador impõe seus valores como forma de anular a identidade negra.

O embranquecimento do negro realizar-se-á principalmente pela assimilação dos valores culturais do branco. Assim, o negro vai vestir-se como europeu e consumirá alimentação estrangeira, tão cara em relação ao seu salário. O rompimento das fronteiras de assimilação acontecerá pelo domínio da língua colonizadora. Por isso, todo povo colonizado sempre admirou as línguas invasoras, que achava mais ricas do que a sua (MUNANGA, 2020, p. 36).

Sendo assim, fica perceptível que tal imposição inferioriza o negro. Como se já não bastasse o trabalho escravo, os colonizadores constroem e vendem a imagem de superioridade e civilização. Uma imagem que, mediante as condições de trabalho, torna impossível que o negro consiga alcançar, e essa é uma questão esperada, pois o próprio Munanga (2020, p. 38) aponta:

Historicamente, todas as condições foram reunidas para que se chegasse a um impasse de assimilação. Na realidade, pensar que o colonizador

pudesse ou devesse aceitar de bom grado a assimilação, ou seja, a emancipação de negro seria escamotear a relação colonial.

Desse modo, os/as negros/as passam por um processo de negação da sua própria identidade, como tentativa de se tornarem “iguais” àqueles que eram considerados civilizados. Ou seja, a imagem do negro foi construída sob a visão de barbaridade e marginalização e, por causa disso, houve sua exclusão do meio social.

Porém, existe um momento em que o/a negro/a passa a tomar conhecimento de si próprio, e percebe que esse processo de “imitação” o estava fazendo romper com suas origens, além de impedir a luta que consiste em reivindicar seus direitos.

Abandonada a assimilação, a liberação do negro deve efetuar-se pela reconquista de si e de uma dignidade autônoma. O esforço para alcançar o branco exigia total autorrejeição; negar o europeu será o prelúdio indispensável à retomada. É preciso desembaraçar-se dessa imagem acusatória e destruidora, atacar de frente a opressão, já que é impossível contorná-la (MUNANGA, 2020, p. 41).

Então, o momento em que o/a negro/a passa a reconhecer as suas raízes e reafirmar a sua identidade diante dos seus costumes, crenças e representações simbólicas é quando ele toma consciência política e parte para as formas de mobilização em meio à luta e à resistência.

Portanto, o fardo histórico que acompanha a vida do/a negro/a sempre esteve presente em todas as suas ações e interfere na sua representatividade e na construção da sua identidade. Porém, Munanga (2020, p. 41) ainda faz a seguinte colocação:

Aceitando-se o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano “normal”.

Muitas das questões da identidade negra se desenvolvem em torno do “ser negro”. O fato é que ainda há muitas pessoas que associam a negritude a algo pejorativo, deixando-nos a opção de buscar e refletir sobre o seguinte questionamento: o que é ser negro no Brasil? Desde o período colonial, foi construída a ideia de inferioridade do/a negro/a e de sua ancestralidade, apresentado de forma minuciosa e oculta por aqueles que são considerados como parte da história. É por esse motivo que:

Quando nós, negros, construímos a nossa identidade não a limitamos à esfera privada. Nenhum processo identitário se reduz a isso. Refletir e

afirmar a identidade negra nos coloca no cerne de processos coletivos e públicos e nem todos os sujeitos reagem da mesma maneira diante desses processos (GOMES, 2002, p. 43).

A construção da identidade negra perpassa diversos questionamentos, no sentido de poder ser feita uma análise com mais embasamento e mostrar, de fato, que as relações são influenciadas. Portanto, quando uma pessoa se autoafirma como negra, ela se torna mais politizada e mais segura para contra-argumentar diante de qualquer discurso discriminatório. Essa autoafirmação é importante porque as pessoas tendem a criar estereótipos e mitos que são direcionados ao negro, na maioria das vezes em sentido pejorativo, confirmando, assim, a existência da discriminação racial em nosso meio.

Além disso, os estereótipos podem levar a uma discussão problemática, apontando, desse modo, quem é negro/a ou não em um país cuja miscigenação é histórica, remontando ao descobrimento das civilizações. Portanto, a ideia implantada com a miscigenação era de que, quanto mais próximo o negro se assemelhasse ao branco, mais ele poderia ser aceito ou tolerado. Munanga (2020) também aborda essa discussão no seu livro *Negritude: usos e sentidos*.

Essa situação interfere na identidade negra, uma vez que o/a negro/a passa a aderir não apenas a costumes e crenças da cultura eurocêntrica, mas também – e principalmente – à parte estética. Nilma Lino Gomes (2010) vai discutir esse pensamento com mais embasamento no seu artigo “Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele”.

O cabelo e a cor da pele são vistos como categorias que, em alguns momentos, ajudam a definir quem é negro e quem é branco no Brasil, e em outros revelam a ambiguidade do racismo brasileiro e o efeito encobridor dos conflitos raciais aqui existentes, os quais podem ser considerados como consequência da não-integração do negro na sociedade brasileira após a abolição e do mito da democracia racial (GOMES, 2010, p. 138).

É claro o quanto a parte estética pode influenciar as relações que estão inseridas dentro desse contexto. A autora (GOMES, 2010), em conjunto com o pensamento de outros autores, faz essa discussão em seu artigo, mostrando-nos essa realidade. Essas características, como a cor de pele e o cabelo, são pontos fundamentais para discernir a negritude, ao mesmo tempo em que torna impreciso o racismo existente na sociedade.

O fato é que o racismo existe, interpretado por diversos autores como algo institucional, pois ocorre em vários âmbitos. A questão é que, em grande parte, ele

acontece de forma velada. Mas esse racismo institucional interfere diretamente na representação do negro na sociedade, nas formas de desigualdade que perpetuam o quadro social.

Como aponta a autora Kathryn Woodward (2014, p. 15): “O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos servindo de fundamento para a identidade”. Da mesma forma que podemos usar o nosso corpo para nos autoidentificarmos e construirmos formas de resistência, o nosso corpo também é modelo para os outros apontarem, sendo perceptível que o negro de pigmentação mais escura pode estar mais sujeito a discriminação e exclusão.

Por muito tempo o/a negro/a foi motivo de chacota e visto/a como inferior, então é por meio de muita luta e resistência que ele/a consegue quebrar alguns dos paradigmas impostos pelas sociedades e mostrar a sua própria concepção sobre o “ser negro”. É nessa direção que entendemos a importância de se construir representatividades. É um meio de criar referências e deixar nítido que as diferenças fazem parte da essência do ser, de tal modo que se compreenda que tais diferenças não são sinais de superioridade ou inferioridade nos indivíduos.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2014, p. 17-18).

Desse modo, a representação simbólica, como Woodward (2014) coloca, é ponto fundamental nesse processo de reconhecimento étnico-racial. Todavia, é preciso ter em mente que essas mesmas representações podem também ter efeito negativo, a depender como elas são formadas e apresentadas.

Logo, as informações midiáticas podem ser consideradas um exemplo disso. Ao mesmo tempo que têm o poder de exaltar a representatividade, podem deturpar uma imagem ou informação, incentivando os rótulos e estereótipos. Dessa maneira, ao invés de contribuírem para a aceitação da identidade, acabam colaborando para a sua negação, visto que a mídia e a sociedade ainda constroem um padrão sobre o que é considerado certo ou errado: “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2014, p. 19).

A representatividade apresentada de maneira correta pode ter efeito positivo, não limitando e restringindo o lugar que negros/as ocupam, mas abrangendo e ampliando essa visão. Para isso, faz-se necessário, primeiramente, desconstruir os pensamentos hegemônicos que se encontram enraizados no imaginário social e construir novas formas de pensar, que englobem a totalidade de um povo.

Decerto, podemos dizer que a construção das identidades, principalmente nos dias atuais, onde vivemos uma série de questões pertinentes, tende a se tornar desafiadora. Alguns autores, incluindo Stuart Hall (2015) e Kathryn Woodward (2014), levantam a questão de uma crise de identidade vivida na modernidade. Se levarmos essa concepção para o contexto da identidade negra, é considerável a reflexão em torno do ponto central desta pesquisa, que é a mulher, negra e educadora, tendo em vista que essa mulher perpassa uma variedade de identidades, encontrando-se e reconhecendo-se em cada uma delas. Porém, esse não é um percurso simples, é um processo que exige mudanças.

As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas. Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflitos estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem. As identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo – num mundo que se pode chamar de pós-colonial. Este é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento (WOODWARD, 2014, p. 25).

Woodward (2014) expressa esse pensamento de que as identidades passam por transformações, sujeitas a certa instabilidade. Essas transformações ocorrem pelo fato de o conceito de identidade ter criado novas formas de significados. Uma nova forma de pensar que visa às identidades como uma construção social. Nesse contexto, o conceito de uma identidade fixa não se fundamenta, devido a fatores globais que envolvem questões sociais, políticas e econômicas.

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver em nossas vidas pessoais tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra (WOODWARD, 2014, p. 32).

Assim, depreende-se que as identidades estão sujeitas a mudanças e que existem inúmeros fatores que podem influenciar essas mudanças e, conseqüentemente, a sua variação.

Nesse sentido, dentro da conjuntura em que se desenvolve a identidade negra, o tópico a seguir apresenta o processo da formação identitária de mulheres negras no cenário de constantes reivindicações por direitos igualitários, mostrando, assim, a condição da mulher negra na sociedade brasileira. Com essa perspectiva, a discussão traça um percurso de reconhecimento do feminismo negro na luta de resistência dessas mulheres.

1.2 Histórias das mulheres: condição da mulher negra na sociedade brasileira e o feminismo negro

Decerto, mesmo nos dias atuais (século XXI), a mulher negra tem sua imagem estereotipada e ocupa espaços de subserviência, um reflexo da história de uma sociedade na qual ainda persiste a ideologia machista, racista e sexista. Ademais, falar sobre a história das mulheres e, especialmente, das mulheres negras, remete-nos a uma série de questões que precisam ser discutidas, questões que até hoje influenciam as relações sociais e políticas.

Dentro de um contexto histórico, temos o conhecimento de que, mesmo depois da abolição da escravatura, em 1888, os/as negros/as ainda passaram a viver em condições precárias, sem nenhuma política que visasse à sua integração na sociedade. Desse modo, em meio às circunstâncias da precariedade no mercado de trabalho, das condições de saúde e educação, surge uma nova mobilização por parte da população negra, com a finalidade de reivindicar os seus direitos e ter voz ativa.

Diante dessa situação, inicialmente, muitos jornais foram criados com o propósito de denunciar as negligências do estado para com os/as negros/as. Domingues (2007), no seu artigo “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos”, apresenta diversos jornais que foram construídos naquela época, entre eles, *A Pátria*, *O Bandeirante*, e o *Alvorada*. Domingues (2007b, p. 105) afirma que “[...] as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de 'segregação racial' que incidia em várias cidades do país impedindo o negro de

ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes [...]”.

Já no início do século XX, alguns movimentos da resistência negra começam a ganhar maior visibilidade, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. É nesse contexto que surge a Frente Negra Brasileira (FNB)³. Organizado pela população negra de São Paulo, foi um dos principais movimentos negros, tendo desencadeado o aparecimento de outros.

A FNB assumiu um projeto anti-racista que tinha como principal ideal a integração do negro, como cidadão brasileiro, à ordem social vigente. A mobilização em massa dos negros na luta contra o “preconceito de cor” assustou alguns setores das elites. Por isso a FNB foi acusada, várias vezes, de insuflar o conflito ou ódio racial no Brasil (DOMINGUES, 2007a, p. 351).

Portanto, torna-se compreensível que os ideais de luta desse movimento persistem nos movimentos da atualidade, isto é, nas formas de resistência, pela participação do negro na sociedade enquanto cidadãos que atuam nas esferas que regem o âmbito social, na luta antirracista, em prol dos direitos igualitários. Segundo Domingues (2007b, p. 106): “Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país.” Isso porque esse movimento trabalhou em conjunto com outras entidades, fortalecendo ainda mais a luta de milhares de pessoas.

Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com delegações – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa (DOMINGUES, p. 106, 2007b).

As mulheres negras carregam uma bagagem de luta e já estavam organizadas em movimentos, e nesse período de maior mobilização e visibilidade do movimento negro, também é percebida a atuação dessas mulheres no contexto político e social; uma participação minuciosa, afinal, o patriarcalismo era o que ainda prevalecia e conduzia as relações. O movimento negro era conduzido por uma liderança de homens que não demonstravam interesse na luta das mulheres. Ainda pairava sobre as mulheres a visão pejorativa de incapacidade e fragilidade, apta apenas para as questões que diziam respeito à casa, à família, tudo isso registrado em escritos ao

³ A Frente Negra Brasileira (FNB) foi um movimento criado pelos negros da Cidade de São Paulo, no dia 16 de setembro de 1931 (DOMINGUES, 2007a).

longo do tempo: “[...] a situação das mulheres negras nas primeiras décadas do século XX não era nada animadora. Ainda recaía sobre elas uma série de estereótipos negativos, como lasciva, volúvel, mulher à-toa, prostituta” (DOMINGUES, 2007a, p. 355-356).

Ainda assim, inegavelmente a Frente Negra Brasileira (FNB) foi um movimento importante para a luta das mulheres negras, no sentido de possibilitar um momento de voz para essas mulheres, dando espaço para que as mesmas mostrassem outro lado sobre ser mulher negra, desconstruindo aos poucos certos estereótipos que lhe eram impostos. Em suma porque ainda dentro do movimento, mesmo com a preocupação sobre a imagem dessa mulher, estas ainda eram colocadas em posições que podem ser consideradas de pouca importância.

Mas não se pode superestimar os fatos: as mulheres negras ocupavam um papel tido como periférico na FNB. Os dois organismos que lhes eram destinados realizavam apenas, atividades que os homens consideravam de menor importância: as recreativas e as de assistência social (DOMINGUES, 2007a, p. 359-360).

Percebe-se que, mesmo com um posicionamento que poucos valorizavam, essas mulheres desempenhavam esse papel com muita dedicação e resistência. Aliás, foram construídos dentro do movimento dois espaços que tratavam sobre suas questões, sendo eles “As Rosas Negras” e “Cruzadas Femininas”⁴. Assim, ambos os movimentos foram ponto de partida para o destaque da mulher negra nesse período, não só sobre questões de cunho social, como também políticas e culturais, de tal forma que a mulher negra vai construindo sua identidade através da luta e resistência e, conseqüentemente, desconstruindo aos poucos a visão patriarcal que ainda perdura nos dias atuais.

No livro *O que é lugar de fala?*, da autora, filósofa e feminista Djamila Ribeiro (2017), ela também discute sobre esse pensamento de desconstrução acerca da história da mulher negra, que por muito tempo vem sendo enfatizada sob uma visão colonizadora. Precisamos desconstruir esse pensamento, que muitas vezes se encontra dentro de nós mesmas, mulheres negras, e nos encontrar em uma nova representação, uma nova identidade que reflete sob um novo olhar, de luta e resistência. De acordo com Djamila Ribeiro (2017), com base no pensamento da filósofa Linda Alcoff:

⁴ “A Cruzada Feminina, por exemplo, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizavam bailes e festivais artísticos” (DOMINGUES, 2007b, p. 106).

Precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades tem sido historicamente silenciada e desautorizada no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas (RIBEIRO, 2017, p. 31).

De fato, é de suma importância a discussão acerca dessas identidades que foram construídas no período colonial, de modo que elas possam ser resolutas e interpretadas sob uma perspectiva política e também social, abrangendo outras formas de conhecimento que não fiquem pautadas apenas nas “relações de poder”, mas sim em que sejam atribuídos novos sentidos, pois “[...] o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidade, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar” (RIBEIRO, 2017, p. 33).

Igualmente, a autora ainda se refere, dentro desse contexto, à expressão “o outro do outro”, utilizando-se dos pensamentos de Simone de Beauvoir⁵ e Grada Kilomba⁶ sobre “ser mulher”. Por consequência, fica perceptível certa divergência nos pensamentos de ambas as autoras, ao passo que a percepção de mundo reflete de forma diferente. Enquanto uma tem a visão sobre a “mulher branca”, a outra traz uma nova concepção que inclui a “mulher negra”. Logo, a questão é: que lugar é esse no qual a mulher negra se encontra perante a sociedade majoritariamente branca?

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997) que as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição “sustentando pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres.” (MIRZA, 1997: 4). Nós no meio. Este é, é claro, um dilema teórico sério, em que os conceitos de “raça” e gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativa separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2012, p. 56, apud RIBEIRO, 2017, p. 40).

5 Simone de Beauvoir era natural da França. Uma grande escritora, reconhecida por seus escritos com base no pensamento da filosofia existencialista, além do forte pensamento feminista. Essas e outras informações acerca da vida de Simone de Beauvoir podem ser encontradas em: DILVA, Frazão. **Simone de Beauvoir**. ebiografia, 2019. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/simone_de_beauvoir/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

6 Grada Kilomba é uma artista e escritora que reside em Portugal. Sendo essa uma mulher negra, podemos ver uma forte militância e ativismo em seus trabalhos. Cf.: KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

É nessa perspectiva que travamos uma discussão acerca da condição da mulher negra na sociedade brasileira, sobre como ela ainda é apresentada de forma estigmatizada, dentro de um padrão que está relacionado à objetificação do seu corpo, um corpo que é, na sua maioria, ultrasexualizado. Por outro lado, a mídia é uma grande colaboradora, no que diz respeito à demonstração dessa imagem distorcida que só fortalece ainda mais a negação da identidade negra.

Vivemos em uma sociedade que impõe padrões de beleza. O modelo eurocêntrico é aquele que prevalece, principalmente em concursos de moda, que adotam características que compõem o padrão do “belo”. No entanto, essa realidade, apesar de estar sendo mudada gradativamente, ainda tem reflexos na autoestima da mulher negra e na sua representatividade, conforme se verifica nas palavras de Carneiro (1993, p. 11): “As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como as anti-musas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca.”

Sem dúvida, é nítido que há uma mudança nos dias atuais em relação a esse pensamento, e essa mudança é reflexo de muita luta e resistência, a partir dos meios que reforçam a representatividade da mulher negra, ao invés de incentivar a sua estigmatização. Tal representatividade é muito importante nesse processo de formação de identidade, visto que, de certo modo, vai influenciar em como o outro se vê e de que forma ele é apresentado.

Sendo assim, pensando pela ótica de visibilidade, o movimento feminista atua de forma significativa nesse processo. As ideias feministas de resistir e lutar em prol de direitos igualitários e construção de novos sentidos para vida da mulher é condizente com a parte teórica de construção representativa da mulher negra. O feminismo busca inovar, desconstruindo assim o pensamento patriarcal que se manifesta por meio do machismo e sexismo. Segundo Carneiro (2003, p. 119), “[...] o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos”.

A mulher passa a fazer parte do contexto político e constrói assim uma nova história na qual está inserida. Essa nova história ainda apresenta uma série de questionamentos, pois as dificuldades permanecem, principalmente porque essa nova perspectiva tende a incomodar a sociedade e aqueles que rotulam e estigmatizam as mulheres como incapazes e submissas.

São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações (CARNEIRO, 2003, p. 118).

A verdade é que a luta de mulheres contra o patriarcalismo persiste até os dias atuais. Ainda vivemos em uma sociedade que rotula a mulher como sexo frágil, como aquela que precisa se adequar à situação doméstica, que precisa se preocupar com qual roupa vestir para não chamar atenção, que precisa se preocupar com o horário em que anda na rua sozinha. Entre outras questões, a distinção entre homem e mulher no mercado de trabalho ainda pode ser encontrada. A mulher ainda precisa resistir e lutar contra o conservadorismo, pela igualdade de direitos e contra a opressão feminina, e é por esses motivos que o movimento feminista é considerado de suma importância no que toca à desconstrução desses pensamentos patriarcais. Segundo Carneiro (2003, p. 118): “Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país.”

Carneiro (2003) afirma a necessidade do movimento feminista nesse processo de luta por direitos, pois ele teve papel fundamental em todas as conquistas alcançadas. No entanto, a mesma autora enfatiza a história da mulher negra dentro do movimento feminista, uma vez que a condição da mulher negra, desde muito tempo, se diferencia da da mulher branca em diversos aspectos.

Sendo assim, o machismo e os pensamentos misóginos ainda perduram na sociedade brasileira, e, ao relacionarmos essa realidade com a condição da negritude feminina, fica nítido que, dentro do contexto histórico, existe uma opressão maior que ainda repercute na vida de mulheres negras na construção de sua identidade. Falamos aqui de uma identidade que se manifesta sob um fato social e histórico, interferindo até os dias atuais nesse processo de reconhecimento.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, um período que vigorou por quase 400 anos, e ainda hoje guarda resquícios. A escravidão perdura por meio do racismo, da discriminação e da desigualdade racial e social.

Obviamente, a mulher negra tem um histórico diferente da mulher branca, e isso ainda é motivo de debate nos dias atuais. Segundo Carneiro (1993, p. 11), fica claro que “fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante

séculos como escravas [...], mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar”.

Quando a autora fala sobre “sujeito político”, é importante acrescentar que, quando se trata de luta, assumimos um posicionamento de acordo, principalmente, com o que nos convém, ou seja, do lugar em que estamos inseridos (CARNEIRO, 2003). Portanto, a mulher negra não luta apenas pelo seu direito enquanto mulher, desconstruindo o machismo e sexismo; ela assume também a condição de lutar junto do movimento negro como forma de combater o racismo. São questões que vão além da discussão de gênero. A autora confirma dizendo:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Nesse sentido, ao analisar a condição da mulher negra dentro do movimento feminista, conclui-se que a luta da mulher negra alcança outras questões que estão articuladas entre gênero e raça. Desse modo, Carneiro (2003, p. 118) enfatiza uma discussão sobre a expressão “enegrecer o feminismo” para falar de tal relevância, e sobre como a mulher negra, em meio ao processo de afirmação política, passa a ganhar visibilidade e construir reconhecimentos.

A participação da mulher negra vai criando novas formas e discursos de empoderamento, trazendo apontamentos que nos fazem refletir se realmente todas as mulheres são contempladas pela cidadania e análises sobre essa nova identidade política que luta pelos direitos étnico-raciais e de gênero. Feito isso, é notório que atualmente essas mulheres alcançam cada vez mais o seu objetivo, pois novos meios como a internet possibilitam uma forma mais abrangente do discurso, ou seja, hoje o espaço que constrói essa visibilidade é maior e mais representativo.

No entanto, nem sempre foi assim, e muitas mulheres – mais precisamente mulheres negras – tiveram que enfrentar o sistema duramente com a determinação de tornar reais as ações políticas que visavam à inserção da população negra. Ao longo desse tempo, tivemos como resposta de luta e resistência a criação e o desenvolvimento de projetos voltados para o referido propósito. O movimento negro e a organização de mulheres negras finalmente ganham espaço e voz, porém não

podemos anular o fato de que o racismo, assim como o machismo, ainda se encontram presentes na sociedade e, por esse motivo, a luta é constante.

Desse modo, sobre a importância de enegrecer o feminismo, Carneiro (2003, p. 118) faz a seguinte colocação:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais.

Está claro que, a partir do olhar de Carneiro (2003), podemos perceber a importância de colocar apontamentos étnico-raciais no movimento feminista, incentivando assim a discussão sobre temas relevantes, visibilizando as pautas de cunho político, econômico e social que perpassam a condição de ser mulher negra. Certamente, o fato é que:

A mulher negra advém de uma experiência histórica diferenciada, e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela teve e tem ainda na identidade das mulheres negras (CARNEIRO, 1993, p. 12).

Em contrapartida, enegrecer o feminismo é uma luta que rompe com os paradigmas da sociedade, dos padrões estéticos, dos estereótipos, buscando colocar a mulher negra em um patamar de reconhecimento, na luta pelos seus direitos e afirmação da sua identidade.

Além disso, essa discussão nos remete a pensar também que a mobilização desse movimento desvela o mito da democracia racial⁷ identificando que não existe igualdade racial, existindo uma supremacia branca que ainda influencia as relações sociais.

Portanto, questões como racismo, machismo e sexismo continuam presentes no imaginário social e já estão enraizadas na sociedade brasileira, fazendo-se necessário que esse imaginário, apesar de ser um fenômeno de longa duração, seja desconstruído a partir do conhecimento histórico e da formação identitária de cada indivíduo.

⁷ A expressão “mito da democracia racial” se originou a partir da visão de Gilberto Freire sobre a miscigenação e relação entre os diversos povos, no seu livro *Casa-Grande & Senzala*. Cf.: DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, n. 10, Universidade de Aarhus, p. 115-131, 2005.

Nessa perspectiva, no capítulo seguinte, iremos abordar algumas das direções seguidas por negros/as para fazerem parte do espaço educacional. Essa análise tem como ponto de partida o conhecimento histórico acerca do processo de inserção e sobre como houve personagens e movimentos desse contexto que resistiram e obtiveram importância significativa na luta.

Além dessa discussão, evidenciamos a relevância da lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2018). A lei, criada no ano de 2003, apresenta um marco na história da educação brasileira e na luta antirracista do movimento negro, uma vez que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Com a lei em vigor, tornou-se possível um estudo mais abrangente sobre a temática com a visão de desconstruir paradigmas e contribuir para o processo de construção e visibilidade da identidade negra.

Entretanto, apesar de ser considerado um grande avanço para o movimento negro, depois de sancionada, a lei 10.639/03 ainda apresenta certas dificuldades na prática, uma vez que outras questões irão interferir na sua aplicabilidade. Os pontos positivos e negativos também serão expostos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

NEGRAS E NEGROS NO ESPAÇO ESCOLAR

O que nos leva a uma abordagem sobre a presença de negras/os no espaço escolar advém do fato da nossa pesquisa ter como sujeitos históricos professoras negras. O contexto em que está inserida a história de negras/os nos faz refletir e argumentar sobre uma série de questões pertinentes até os dias atuais. Entre essas questões, existe uma de suma importância, que é a relação do negro com a educação. A intenção deste capítulo é justamente expor o momento em que negros/as passam a ter acesso ao ensino e, assim, mostrar os desdobramentos desse acontecimento, tendo em vista as condições nas quais eles foram inseridos.

Desse modo, é nítido que existe uma omissão dos fatos no que diz respeito à história dos negros/as no processo de formação e democratização do país. Entretanto, podemos dizer que atualmente diversos autores e intelectuais negros/as vêm mudando esse quadro no Brasil, apresentando uma visão mais crítica e precisa sobre as questões que envolvem essa temática. Autores como Carneiro (1997; 2003), Gomes (2002; 2005; 2010), Ribeiro (2017) e muitos outros vêm contribuindo de forma significativa para esse processo.

Mediante o contexto histórico, sabemos que a escravidão foi um marco que perdurou por mais de 300 anos no Brasil, e as suas consequências podem ser percebidas até os dias de hoje por meio do racismo estrutural⁸ (BERSANI, 2018) e institucional⁹ (SOUZA, 2010).

Esses tipos de racismo que se perpetuam na sociedade podem ser percebidos em esferas e perspectivas diferentes. No caso do racismo estrutural, por exemplo, existe uma tendência natural, que se manifesta de forma consciente ou inconsciente em vários âmbitos porque se tornou uma herança histórica do período escravocrata. No artigo “Racismo estrutural e o direito à educação”, Bersani (2018, p. 381) pontua que o racismo estrutural “[...] transcende o âmbito institucional, pois está na essência

8 Cf.: BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à educação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa/MG, v.8, n.3, p. 380-397, 2018.

9 Cf.: SOUZA, Arivaldo Santos de. Racismo Institucional: para compreender o conceito. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 77-88, fev. 2011.

da sociedade e assim é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado de coisas”.

Assim, o preconceito e a segregação racial fazem parte do contexto social, e no caso do racismo institucional não vemos muita diferença. O que vai diferir é apenas de onde parte o racismo: ele sai do campo individual e passa para o campo institucional, ou seja, é quando as instituições públicas ou privadas referem-se ao negro/a de forma diferenciada por causa de suas características. Como exemplo de racismo institucional, temos a forma de abordagem policial. O negro é mais perseguido nesse sentido, tendo a sua imagem associada ao mundo do crime. O racismo institucional é perceptível também no índice de genocídio do povo negro e nas formas de tratamento em estabelecimentos comerciais. Essas práticas confirmam o racismo existente, que muitas das vezes é silenciado.

Desde o período colonial, quando o sistema escravocrata¹⁰ era regente, os/as negros/as e índios/as que estavam sendo colonizados serviam apenas para o trabalho braçal e para serem comercializados. Não existia nenhuma política que defendesse um ensino abrangente para eles, apenas o ensino religioso a fim de catequizar e mostrar um novo sentido de cultura e fé católica, aos quais os europeus eram adeptos. Dessa maneira, eles eram forçados a abdicar dos seus próprios costumes e crenças, perdendo, dessa forma, a sua própria identidade para fazer parte de uma identidade nova, de um outro povo.

O ensino secundário não era permitido para índios e negros. Em 1759 quando os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, a educação passa a ser gerida pelo Estado e enfrentam a primeira reforma de ensino do país, sendo criadas por Pombal as escolas regias oficializando o ensino. Na segunda metade do século XVIII, os projetos de educação devem-se a políticas mais sistemáticas, implementadas pela administração pombalina (SANTOS et al., 2013, p. 20858).

Como bem apontado pelos pesquisadores acima, após Marquês de Pombal expulsar os jesuítas e tomar a frente das questões políticas e administrativas, novas concepções de comando começam a surgir, dentre elas a legitimação do ensino. Uma das grandes questões foi que esse ensino se tornou restrito, ou seja, em uma sociedade escravista e arcaica os privilégios eram apenas para os homens ditos

10 Período regente da escravidão que perdurou por mais de 300 anos no Brasil. A palavra escravocrata advém do sentido de opressor, o senhor dos escravos, aquele que defende a escravidão. Os escravos/escravizados que faziam o trabalho braçal e desumano (SANTOS, et al., 2013).

brancos e ricos. Percebemos, assim, um fato não apenas de raça, como também de classe social:

A educação neste momento, parece limitada em termos de escolarização formal e, sobretudo pública, pois, uma grande parcela da população, os brancos livres pobres, os indígenas, os negros livres e escravos e a população mestiça, estavam afastados da escola. Brancos pobres raramente podiam frequentá-la pela falta de recursos para sustentar a mobilidade exigida pelo sistema de aulas avulsas ou para o pagamento dos professores, quando o estado não o realizava (SANTOS et al., 2013, p. 20859).

É fato que na história da educação existe uma invisibilidade de homens negros e mulheres negras nesse processo. Porém, tivemos alguns personagens na história que foram de fundamental importância nesse contexto de iniciação frente à luta e à resistência do povo negro. Segundo Santos et al. (2013, p. 20860), “[...] pesquisas recentes apresentam que com todos os obstáculos e diante do contexto político e social no Brasil, registram algumas instituições e algumas lideranças negras que estabeleceram um sistema educacional para crianças pretas e pardas [...]”.

Entre as figuras que tiveram um papel importante destacamos o ilustre Antônio Ferreira Cesarino. No livro *O “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892): e o trânsito das mercês*, da autora Daniela do Carmo Kabengele (2015), podemos ter um conhecimento maior sobre a vida e a atuação tão significativa desse homem no período em que ainda prevalecia o sistema escravocrata.

Não se sabe ao certo quando Cesarino nasceu, mas apenas que foi criado por sua tia, já que sua mãe veio a óbito depois do parto, e o seu pai, sendo um negro alforriado, vivia pelo mundo em busca de trabalho. Essa mesma tia que o criou foi a que lhe incentivou e ensinou as primeiras leituras, dando-lhe a oportunidade de ter um primeiro contato com a educação (KABENGELE, 2015).

De fato, Antonio Ferreira Cesarino foi uma das figuras da história que contribuíram de forma significativa para a educação de negros/as no Brasil em um cenário no qual não havia nenhum tipo de valorização para esses sujeitos.

Não há dúvidas que a história desse homem é rica em muitos acontecimentos, porém destaco o momento em que ele, junto de sua esposa Balbina Gomes da Graça Cesarino, fundam um colégio no ano de 1860, em Campinas, São Paulo. O colégio tinha por nome Perseverança e, a princípio, era uma instituição que recebia apenas meninas. Para um maior entendimento, Kabengele (2015, p. 93) expressa a seguinte informação:

Mas não eram só alunas abastadas que estudaram naquele colégio. Já se disse que, no ano 1865, o Perseverança atendia a quarenta e quatro alunas. Em 1871, o número de alunas do colégio diminuiu para trinta; mas quatro anos depois, em 1875, o colégio contava com cinquenta e uma alunas, sendo que oito delas não pagavam mensalidade, pois eram pobres e/ou órfãs. Para admitir essas meninas, o colégio recebia uma subversão da intendência Municipal. Esclarece Irene Barbosa que esse colégio fazia parte dessa categoria de ensino privado que, ao lado das alunas que podiam pagar, mantinha as pobres negras e para isso recebia subvenção.

Nesse sentido, o colégio não apenas recebia as filhas de fazendeiros ricos, que por sinal eram brancos, como também algumas meninas pobres e negras que, se não fosse pela oportunidade dada por esse professor, provavelmente não teriam contato com a educação escolar. Por receber alunas que tinham condições financeiras e pagavam pelo ensino, Santos et al. (2013) confirma que Cesarino manteve o colégio funcionando com o dinheiro arrecadado dessas alunas, além de ter conseguido dar aulas, no período noturno, para mulheres escravas e negras.

Captando as demandas que perpassavam a sociedade campineira naquele momento, os reclames das elites da cidade pela criação de escolas, Cesarino achou que podia levar adiante uma empreitada [...] Porém, não bastavam apenas disposição e réis no bolso para se abrir um colégio. Aos necessários recursos financeiros para a criação de um empreendimento daquela natureza e o ímpeto do “empreendedor” deveriam corresponder o suporte de credenciais adequadas. E aqui entram em cena os predicados de Cesarino e de suas filhas. Formação escolar Cesarino tinha, pois se viu que, de menino letrado a estudante noturno, o jovem havia conquistado um diploma de professor. Acrescenta-se a essas prerrogativas a hipótese de que, por ocasião da abertura do colégio, suas filhas também já tivessem uma formação escolar adequada, que as habilitassem para lecionar (KABENGELE, 2015, p. 100).

Como podemos ver, a decisão de abrir um colégio não era tão simples, e principalmente para mulheres, considerando a sociedade patriarcal existente à época e, além de tudo, ainda receber mulheres que eram totalmente excluídas do meio social. Porém, é importante ressaltar aqui que o ensino desse colégio ainda estava de acordo com os princípios da época, ou seja, seguia uma proposta pedagógica que unia o ensino apropriado de uma escola com o ensino do comportamento que a sociedade patriarcal exigia para as meninas.

Em suma, a rotina estabelecida e os conteúdos ensinados no perseverança comungavam com os valores e conhecimentos em voga na época, no que concerne à educação feminina. E, ao que parece, os proprietários do colégio, mais do que compartilhar dos valores ainda em voga na sociedade campineira, souberam alcançá-los ao sabor das novas demandas sociais. Na combinação de uma instrução formal aperfeiçoada e no preparo das moças para o casamento, o perseverança ia, a contento, formando suas alunas e, com isso, tendo reconhecimento (KABENGELE, 2015, p. 102).

Evidentemente, a expressão acima deixa claro o quanto Antonio Ferreira Cesarino foi importante para essa história e, assim como ele, houve tantos outros que resistiram e lutaram em prol dos seus direitos e dos direitos de outras pessoas que não tinham como lutar contra o sistema.

Seguindo essa linha de conquistas e desafios vivenciados pelo povo negro, o tópico seguinte aborda a luta insistente através dos movimentos e discute sobre as ações da FNB (Frente Negra Brasileira) com o propósito de tornar eficaz a inserção no âmbito educacional.

2.1 FNB, educação e as dificuldades de acesso no espaço escolar

Como já mencionamos, a trajetória do/a negro/a no âmbito educacional é de muita dificuldade, marcada por luta e resistência dos que permaneceram firmes no propósito de sobrevivência diante da sociedade escravista. Mesmo com o projeto de abolição, não temos a liberdade e cidadania plena dos/as negro/as. O período pós-abolição seria o momento de integração desses sujeitos no meio social, porém não temos o conhecimento de algum projeto político eficaz com essa visão. A verdade é que os/as negros/as passaram a viver em situações humilhantes, à margem da sociedade e abandonados/as por aqueles que detinham o poder, restando apenas a opção de se organizarem entre si e lutarem por seus direitos.

E assim eles/as o fizeram. Foram muitas as tentativas de organização e reivindicação pelos direitos da população negra, e em meio a essas tentativas em alguns momentos obtiveram êxito. A FNB – Frente Negra Brasileira – é um dos exemplos que podem ser citados, pois ela foi uma das mais importantes organizações do período, fundada no ano de 1931 na cidade de São Paulo. A intenção era justamente a de obter reconhecimento, contribuindo, assim, com a criação de projetos inclusivos.

No capítulo anterior, mencionamos a importância desse movimento quando discutimos sobre a participação da mulher negra nas esferas política e social. Inegavelmente, fica claro que a organização impulsionou o movimento negro no Brasil. O povo foi chamado para as ruas para manifestar os seus anseios, lutar e exigir a prática de seus direitos, agora com a possibilidade de finalmente serem percebidos e demonstrarem representatividade.

Portanto, na medida em que a FNB ganha espaço, se torna impossível evitar a influência política nas suas ações. “[...] os fretenegrinos concordavam que, por meio da participação e do debate político, seria possível formular um projeto de Brasil em que o negro estivesse inserido” (ARAÚJO, 2007, p. 48). Dessa forma, foram construídas filiais em outras cidades, abrangendo ainda mais os princípios do movimento.

O que se propõe com o tópico presente é a discussão sobre a FNB no processo de educação dos/das negros/as, reconhecendo a importância desse movimento para uma educação que aceitasse e pensasse em formas de inserção do negro no espaço escolar. Embora já houvesse escolas naquele período, o negro não era aceito e não tinha a opção de adquirir conhecimento e ter contato com o mundo intelectual.

As tentativas da população negra de criar escolas após a abolição nem sempre foram exitosas, em virtude de vários fatores: falta de recursos, ausência de apoio estatal, precária qualificação pedagógica dos gestores dos projetos etc. O resultado é que muitas escolas funcionaram durante pouco tempo. De toda sorte, é importante registrar essas tentativas no estado de São Paulo para entender certos aspectos relacionados à questão da educação na FNB (DOMINGUES, 2008, n. p.).

Antes que as propostas da FNB fossem concretizadas, outros movimentos buscaram tornar real esse objetivo, porém não obtiveram êxito, uma vez que não tinham estrutura para manter as escolas, que por fim deixavam de funcionar. Na FNB acontece de forma diferente, e Domingues (2008, n. p.) acrescenta:

O conceito de educação articulado pela entidade era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra educação era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização.

A FNB visava à importância da educação para a população negra, acreditando assim que esse era um meio de transcender para além da condição de escravo sem valor. Com a educação, acreditava-se que poderiam alcançar prestígio e diminuir as formas de discriminação que perpetuavam no meio social.

Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo (DOMINGUES 2008, n. p.).

O analfabetismo era um dos principais problemas do povo negro, e a FNB pensou em priorizar essa questão oferecendo conhecimento e cultura. Domingues

(2008, n. p.) afirma esse pensamento com a seguinte colocação: “Quando a FNB resolveu oferecer o curso de alfabetização para jovens e adultos, buscava-se solucionar um dos principais flagelos que assolavam a população negra: o analfabetismo [...]”.

A FNB, juntamente da imprensa negra, consegue mostrar voz ativa para reivindicar seus direitos. O jornal *A Voz da Raça* (veículo de informação da FNB) foi um grande meio de comunicação naquela época que buscou interação com o público negro e, entre relevantes publicações, frequentemente se pronunciava sobre a educação e sobre como era válido que todos pudessem ter a mesma oportunidade de construir uma nova vida, ter uma profissão e, desse modo, mudar o quadro social. As dificuldades se mostraram presentes e a FNB enfrentou-as para manter a finalidade do projeto. Segundo Domingues (2008, n. p.): “Em sua maioria, os alunos da escola da FNB eram carentes; por isso a associação se esforçava para fornecer gratuitamente o material escolar e o uniforme [...]”. A FNB criou formas para manter o sentido do movimento, o qual foi articulado entre departamentos de educação e instrução, ambos com a finalidade de garantir uma educação efetiva.

Para dar aplicabilidade prática às ideologias acerca do saber escolarizado e apreendendo a educação como experiências amplas de formação e a instrução como a prática da alfabetização, a FNB organizou o Departamento de Educação e Instrução, que tinha sob sua responsabilidade a organização das domingueiras (bailes, palestras, conferências, declamação de poemas e encenação de peças teatrais que ocorriam aos domingos à tarde) das bibliotecas (a leitura era fator determinante no processo de elevação intelectual do negro, e esse ideário era constantemente apresentado no jornal *A Voz da Raça*, que tanto dava ênfase ao acervo e às novas doações realizadas às Bibliotecas como incentivava as famílias a assinarem o jornal) e dos Festivais Litero-Dramáticos e Dançantes, que contavam com o auxílio das Rosas Negras, grupo de mulheres fretenegrinas (ARAÚJO, 2007, p. 49).

Portanto, a FNB se preocupou não apenas em alfabetizar os jovens e adultos que faziam parte da população negra, como também construiu escolas primárias para as crianças negras. Esse ato foi de suma importância, uma vez que possibilitou o contato com a educação desde a infância, contribuindo, assim, com a realização de todos os estágios educacionais e, conseqüentemente, com a redução dos níveis de alfabetização.

Araújo (2007) apresenta no seu trabalho a nomeação de algumas professoras. Entre elas, a autora destaca a figura de Francisca de Andrade e da professora Aracy

Ribeiro de Oliveira. Ambas foram ponto fundamental para o funcionamento do projeto.

A escola primária da FNB buscava professores e clientela por meio do mesmo discurso de pertencimento étnico que convocava os membros para a sua frente. Esse fato parece estar associado à ideologia da FNB de desenvolver um discurso de pertencimento que uniria os negros em torno de um objetivo comum (ARAÚJO, 2007, p. 51).

Como destaca a autora, os critérios da FNB para a seleção de professores condizia com a finalidade do movimento negro, desse modo, priorizavam o “discurso de pertencimento”. Essa condição era importante, uma vez que o movimento tratava de questões de representatividade e direito do cidadão negro na sociedade brasileira. “As professoras nomeadas e voluntárias eram negras, pois a entidade acreditava que esse fato auxiliaria os alunos na aprendizagem” (ARAÚJO, 2007, p. 51). Portanto, a FNB, com as ações de representação e inclusão na sociedade brasileira, reafirma a presença do negro no contexto da história educacional. Essa presença é marcada por um grande nível de diferenças que refletem na luta e resistência dos negros para alcançar qualidade de vida.

O empenho para conquistar um espaço e superar as diferenças entre brancos e negros se deu por um longo percurso, com inúmeros fatores que passaram a surgir e, assim, interferir no progresso desse projeto. No artigo “Raça e educação: uma articulação incipiente”, escrito em 1992 por Regina Pahim Pinto, podemos observar algumas dessas diferenças, consideradas fatores que intervêm no desenvolvimento escolar de negros. De acordo com Pinto (1992, p. 43) “as diferenças já surgem entre os que atingiram a faixa de idade correspondente ao pré-escolar e se estenderam para as demais faixas etárias correspondentes aos outros níveis de escolaridade”. Desse modo, se as diferenças já estavam presentes desde a pré-escola, faziam-se necessárias políticas públicas que pensassem em mudar essa realidade por meio de projetos eficazes.

Esta diferença entre brancos e não brancos mantém-se no 1º grau, seja pela maior dificuldade de acesso ou pela entrada mais tardia neste nível de ensino, ou ainda por uma trajetória escolar mais lenta e mais conturbada do negro, que se expressa através de elevados índices de repetência e exclusão (inclusive numa idade precoce) e por um maior número de saídas e voltas para o sistema escolar. Como consequência, não só se agrava o atraso escolar que já se iniciara no nível da pré-escola, como também a criança negra chega ao ponto de saída do sistema de ensino com um número médio de séries completadas muito inferior ao dos brancos (PINTO, 1992, p. 43).

Como apontado por Pinto (1992) as diferenças que se iniciam na pré-escola podem perdurar até chegar a um ponto de ter grandes consequências. A continuação dessas diferenças pode ter inúmeros motivos. A autora elenca alguns deles, como “a dificuldade de acesso”. Temos a plena consciência de que a vida escolar que os negros tiverem já se inicia de maneira tardia, com muita luta e resistência. E, mesmo depois de o acesso à escolarização ter se tornado um direito para todos, ainda permanecerão outros pontos dessa história que serão considerados empecilhos para o negro. Pinto (1992, p. 43) vai destacar mais um ponto:

A maior incidência de famílias chefiadas por mulheres entre os negros também é cogitada como uma possível influencia para este pior desempenho do alunado negro, na medida em que, nestas famílias, a sobrecarga de trabalho da mulher prejudicaria a estimulação da criança e o apoio no processo de escolarização.

Segundo a autora, o caso de famílias onde a mulher negra é quem administra a casa e seus filhos tende a ser um fator que pode influenciar o desenvolvimento dessas crianças e jovens no âmbito educacional, com mais probabilidade de desistência e pouco rendimento.

Temos o conhecimento, por meio dos escritos de autoras como Carneiro (1997, 2003) e Ribeiro (2017), que refletem sobre a história de mulheres negras, que essas mulheres eram pouco valorizadas e deveriam seguir um sistema no qual serviam apenas para ser mãe, esposa e dona de casa. Então, as mulheres sempre sofreram uma pressão para seguir as regras impostas pela sociedade, e, tratando-se das mulheres negras, a pressão era ainda maior, pois elas carregavam a condição de serem mulheres e negras em uma sociedade em que prevaleciam sempre os princípios do patriarcado, seguido do machismo e do racismo.

O fato é que, se fôssemos elencar os motivos de evasão escolar, de repetência e de pouco desempenho de negros/as, eles seriam diversos e consequências do sistema escravocrata, que atingiu de forma desumana a vida do/a negro/a.

Pinto (1992) também faz uma crítica aos pesquisadores e educadores que negligenciam a associação do tema raça e educação em seus trabalhos, mostrando, assim, pouca relevância sobre as reivindicações do movimento negro.

A história da educação, por sua vez, também vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais, seu engajamento em campanhas de alfabetização visando a população negra, ou mesmo suas

propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado (PINTO, 1992, p. 47).

O resgate da história dos negros dentro desse contexto de exclusão só vai tomar forma por meio de pesquisadores afrodescendentes, instigando uma história mais realista com base em conhecimentos históricos e científicos e menos folclóricos e superficiais. Dessa forma, mesmo que a história da educação ignore essa realidade, ela vai chegar ao ponto de influenciar o projeto que tende a trabalhar a construção e visibilidade da identidade negra no âmbito educacional.

Fica evidente que a luta para a inserção dos negros e negras no âmbito escolar perpassa um caminho árduo com muita resistência da parte deles, tendo que enfrentar uma sociedade marcada pelo sistema escravocrata que, mesmo após o abolicionismo, manteve medidas desumanas, em que o/a negro/a teve que se reintegrar no meio social sem nenhuma ajuda política e social. Esse acontecimento deixou consequências que se perpetuam até os dias atuais.

É pensando sob essa ótica que, no próximo tópico, será feita uma pequena abordagem sobre a lei 10.639/03 e suas contribuições para negros/as que estão inseridos no espaço escolar, além de sobre como a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira intervém no processo da construção identitária não só de alunos negros como também das professoras negras, que devem tomar um maior conhecimento e preparação para trabalhar a temática.

2.2 Efetivação da lei 10.639/03 e suas contribuições na construção da identidade negra

Um grande marco da história, a lei nº10.639/03, foi um passo primordial na luta antirracista, com o objetivo de levar conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira para a sala de aula, tornando assim obrigatório o ensino dessa história em todas as escolas sejam elas públicas ou privadas. O artigo acrescentado na lei de diretrizes e bases (LDB) lei nº9.394/1996 expressa a seguinte informação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da

sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2018, p. 20).

A lei que foi sancionada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é resultado de todo um processo, desde os primeiros indícios de luta e mobilização do movimento negro.

Pereira (2017) aborda essa questão em seu artigo, mostrando-nos que essa conquista só foi possível mediante ligação construída entre o movimento negro e o estado. Pereira (2017, p. 23) confirma com a seguinte colocação: “A referida lei, um dos maiores resultados das articulações do movimento negro com o estado, teve, em sua construção, a ação direta de militantes do movimento negro contemporâneo [...]”.

Dentro do contexto histórico, temos o conhecimento de um período que ficou marcado na sociedade brasileira. A ditadura militar foi um regime que perdurou entre os anos de 1964 e 1985. Um período que conhecidamente tinha como principais características a dura repressão e violência usada contra aqueles que ousassem ir contra o sistema. Desse modo, é reconhecível que a sociedade daquela época não tinha voz ativa e, desse modo, vivia sob as regras de um regime opressor.

Portanto, no período o qual todos os meios de reivindicações são silenciados torna-se desafiador assumir uma luta social. Pereira (2017, p. 17) menciona que a construção e mobilização do movimento negro só aconteceram de fato após “abertura política” no ano de 1974. Foi quando todos os movimentos conseguiram agir em prol de seus direitos.

Nesse contexto de “abertura política” surge o Movimento Negro Unificado – MNU¹¹, sendo esse um dos pontos fundamentais que vai contribuir para a expansão do movimento negro e, posteriormente, para a criação da lei 10.639/03.

Com uma perspectiva revolucionária, de esquerda, lutando pela construção de uma nova sociedade, articulando “raça” e “classe” na luta contra o racismo, e por melhores condições de vida para a população negra, a criação do MNU tornou-se um marco na constituição do que chamamos de movimento negro contemporâneo, e teria inclusive sido responsável pela difusão da expressão “movimento negro”, utilizado desde então para referir-se genericamente às organizações negras na luta contra o racismo no Brasil. Embora não tenha conseguido “unificar” a luta contra o racismo, o MNU tornou-se rapidamente uma importante organização com representação em vários estados brasileiros, contribuindo tanto para a construção de

11 O Movimento Negro Unificado – MNU – foi fundado em 1978. Segundo Domingues (2007, p. 114) “[...] desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas [...]. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro”.

perspectivas teóricas e de estratégias de organização e mobilização quanto servindo de inspiração para a ampliação do número de organizações negras Brasil afora (PEREIRA, 2017, p. 17).

Desse modo, o MNU põe em prática a discussão em torno das questões raciais com base no conhecimento de pautas que englobam a luta antirracista. A discussão passa ser feita a partir do contexto da história da educação no Brasil, como forma de pensar essa história pela perspectiva da inserção do negro. Sendo assim, é construída uma nova visão de educação que luta por uma conscientização racial.

Para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo "negro" de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Os estudos mostram que as conquistas que beneficiam a população negra são resultados da luta e da resistência do movimento negro. Uma luta que persiste até os dias atuais. Gomes (2008, p. 96) confirma esse pensamento com a seguinte colocação:

A implementação da lei 10.639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem se somar às demandas do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais, que se mantêm atentos à luta pela superação do racismo na sociedade, de um modo geral, e na educação escolar, em específico. Estes grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade.

Notoriamente, a lei foi um grande avanço para o movimento negro. Porém, apesar de ser considerado um ponto positivo no âmbito educacional e, por assim dizer, social, ela também apresenta uma série de fatores para serem repensados. São esses fatores que podem influenciar o cumprimento da lei, pois, para esse cumprimento, faziam-se, e ainda se fazem, necessárias grandes mudanças tanto nas instituições universitárias quanto nas próprias escolas de nível fundamental e médio. Seriam mudanças legítimas e concretas na prática pedagógica e nos currículos.

É preciso desnaturalizar o lugar ocupado pela diversidade étnico-racial na escola. Essa discussão precisa fazer parte da formação inicial de professores e professoras e não somente das práticas de formação continuada. É também um importante tema de pesquisa para o campo da formação de professores (as) no Brasil o qual ainda insiste em se manter distante e neutro em relação à diversidade, mesmo quando se discute o

professor reflexivo, as experiências pessoais e coletivas dos (as) professores (as), (a) professor (a) como sujeitos da sua própria prática e a condição docente (GOMES, 2008, p. 98).

Gomes (2008) afirma a necessidade de mudanças significativas no âmbito educacional, uma vez que a própria lei passa a legitimar o ensino da cultura africana e afro-brasileira, buscando atingir todas as esferas que regem o meio social e político. Todavia, o ensino sobre a história africana e afro-brasileira sempre foi tratado nas escolas de forma muito superficial e folclórica. É nítida a mínima discussão sobre um assunto tão relevante e que tem o poder de contribuir para uma ação contra a desigualdade racial, criando formas de resistência e de representatividade por meio do conhecimento.

Entretanto, essa realidade não muda de imediato após a lei nº10.639/03. Mesmo após mais de 10 anos de sua implementação, podemos perceber certa dificuldade na sua aplicabilidade. É nesse sentido que ela fomenta causas que precisam ser repensadas e discutidas. A intenção é de desconstruir e desmistificar, mostrando uma nova história sem preconceito e sem discriminação.

Entre os pontos de discussão fomentados pela aplicabilidade da lei, destaca-se a formação do professor e a acessibilidade de material para se trabalhar em sala de aula. No caso do professor, trata-se de pensar em uma formação continuada direcionada para os estudos étnico-raciais no sentido de poder proporcionar conhecimento e formas de trabalho para o profissional da educação que atua como “agente de transformação social”.

Desse modo, apesar das dificuldades pelas quais a lei passa, ela trouxe consigo questões pertinentes para serem repensadas. Sobre a formação do professor e a prática pedagógica, a autora Eliete Aparecida de Godoy (2017, p. 81) aponta:

A formação de professores e as tendências pedagógicas foram sofrendo, ao longo dos tempos, modificações que buscaram atender aos objetivos de formação do indivíduo para uma sociedade em processo de desenvolvimento e transformação.

É pensando sob essa ótica de transformações e desenvolvimento no meio social que as práticas pedagógicas são repensadas e novas formas de ensino são inseridas. A proposta de desconstruir uma história repleta de preconceito e demasiadamente estigmatizada passa a fazer parte dessa nova concepção de ensino. Nesse sentido, é primordial que haja investimento na formação do professor

desde a formação inicial e, principalmente, na formação continuada, que se torna necessária para a efetivação da proposta.

Nessa nova concepção cabem as relevantes dimensões, a política e a humana, sem que estas percam de vista a intrínseca relação com a prática pedagógica. Nesse contexto, cabem críticas ao currículo tradicional que muitas vezes fragmenta os saberes docentes, quando não considera a prática social como ponto de partida e de chegada, que possibilite a (re)significação dos saberes na formação de professores (GODOY, 2017, p. 82).

Nesse contexto, a autora defende que críticas sejam feitas ao currículo tradicional. É de suma importância que possamos acompanhar os novos tempos e quebrar paradigmas sociais. O professor, em conjunto com o corpo escolar e os órgãos públicos, como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e outros, deve buscar estratégias e formas que impulsionem os estudos étnico-raciais, de modo que as culturas africana e afro-brasileira sejam apresentadas sem a forma generalizada e a visão eurocêntrica a que estávamos acostumados (GODOY, 2017).

A lei nº10.639/03 abre espaço para os estudos étnico-raciais, que incluem uma série de fatores, desde questões relacionadas ao racismo a questões de identidade negra, que podem contribuir para uma maior aceitação dessa identidade. Há um campo vasto de conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira e o professor precisa ter uma preparação para saber situar os seus alunos e reproduzir o conceito do novo.

É perceptível, principalmente nas universidades, que a discussão dessa temática é feita com mais frequência e naturalidade por meio de simpósios, projetos e seminários. Nesse sentido, podemos dizer que o movimento negro, com tantas lutas e resistências, finalmente consegue que algumas de suas reivindicações sejam colocadas em prática.

Entende-se que a quebra do silêncio em relação às regulamentações voltadas à educação étnico-racial no contexto acadêmico já seria um grande avanço, pois possibilitaria a ampliação da discussão, desconstruindo o silêncio dos cursos de licenciatura, que funcionam como mecanismo de manutenção das desigualdades raciais e sociais no interior também das universidades (GODOY, 2017, p. 84).

Desse modo, a luta no Brasil ultrapassa mais uma barreira, no sentido de que, com a obrigatoriedade da lei, a discussão sobre as questões que envolvem a temática passa a ser refletida e discutida com mais liberdade e alcança um

contingente de pessoas que podem tomar o conhecimento como forma de desconstruir o que estava enraizado no imaginário social.

Sem dúvida, a lei nº10.639/03, mesmo com os prós e os contras que perpassam sua aplicabilidade, preenche uma lacuna na educação brasileira, que por muito tempo esteve inerte sobre os estudos, reproduzindo apenas o básico e de maneira superficial.

Uma das preocupações dos proponentes da Lei 10.639/03 – lei que estabelece a inclusão do conteúdo programático de História da África e das Culturas Afrobrasileiras no ensino fundamental – é exatamente contribuir para uma reversão do imaginário social brasileiro sobre a população negra a partir de uma nova prática pedagógica. Até então, os livros escolares utilizados nas escolas públicas e privadas do país reproduziam tacitamente uma visão passiva da escravidão e uma ideia do continente africano como arcaico e atrasado. O objetivo, agora, é fornecer instrumentos pedagógicos aos educadores e educadoras de todo o país acerca da diversidade cultural e civilizacional dos povos africanos, antes do escravismo e do colonialismo europeu [...] (SANTOS, 2010, p. 35).

Nesse contexto, as novas práticas pedagógicas que incluem ações antirracistas contribuem para a discussão sobre identidade negra e, conseqüentemente, para a aceitação dessa identidade, uma vez que a lei torna obrigatório o ensino não apenas por todos os professores, de todas as disciplinas, como também que toda a escola deve buscar meios de conscientização e discussão durante todo o período de ano letivo.

Desse modo, a aplicabilidade da lei nº10.639/03 pode incentivar muitos alunos/as negros/as a buscarem se autodeclarar como tais e conviver com sua identidade negra, tendo em vista que serão fomentadas discussões com mais frequência e sem a visão pejorativa sobre a cultura negra no ambiente escolar, um local onde o jovem passa a maior parte do seu tempo, principalmente em casos de escolas que estão aderindo ao ensino em tempo integral. Inclusive, no próprio município de Delmiro Gouveia – AL, local onde a pesquisa foi realizada, uma grande parte das instituições escolares implantaram esse sistema de ensino integral.

No primeiro capítulo deste trabalho já explanamos sobre autoafirmação e aceitação da negritude, e foi mencionado o quanto esse processo pode ser doloroso, uma vez que vivemos numa sociedade que impõe os seus próprios padrões, herdados da cultura eurocêntrica, excluindo e marginalizando outras culturas, como a africana e a afro-brasileira.

Sendo assim, se forem disponibilizados recursos para se trabalhar a temática e houver investimento na formação continuada do professor, esses estudos poderão

fazer uma grande diferença no sentido de superar as desigualdades raciais e aumentar as práticas de enfrentamento contra o racismo. Feito isso, podemos dizer que o orgulho de ser negro/a pode ser resgatado por muitos/as jovens que convivem com a dificuldade de se autoidentificar e vivem camuflando suas identidades para serem “aceitos/as” pela sociedade.

Ao discutir sobre o assunto no espaço escolar, é importante que os professores tenham o conhecimento para apresentar também os pontos positivos de tal cultura, realçando as lutas do movimento negro bem como a beleza da cultura negra, desde os seus costumes às suas crenças. Por meio dessa proposta é resgatada também a representatividade nas escolas, seja através de discussões, seja por meio de apresentações artísticas, uma dança, uma música ou até mesmo um filme.

Sem dúvida, a implementação da lei pode ser considerada um avanço para a educação brasileira, tendo em vista que o cenário educacional sempre esteve em constante oscilação, com governos e representantes que, ao invés de contribuir para um índice melhor, colaboram com a retirada dos direitos e valores depositados nessa área. Portanto, uma vez que essa proposta da lei seja colocada em prática, pode contribuir não apenas para uma representação maior da identidade negra, como também com o respeito pela diversidade em vários aspectos.

CAPÍTULO 3

EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, analisa-se as falas das oito (8) professoras negras que foram entrevistadas e que serão identificadas através dos seus nomes por sua própria permissão. As professoras residem no município de Delmiro Gouveia – AL. Buscamos, a partir dessa análise, identificar questões pertinentes, desde o processo de construção da identidade até questões do meio profissional, ou seja, perceber essas mulheres a partir de suas vivências enquanto mulheres negras e educadoras.

3.1 Construção da identidade étnico-racial

Partindo do processo de pertencimento étnico-racial, entre as oito professoras entrevistadas, apenas duas passaram pelo processo de rompimento de identidade, uma vez que nem sempre se reconheceram como negras, mas sim como “morena” ou “parda”, expressões usadas pelas próprias entrevistadas. Conhecidamente, essas expressões foram criadas como forma de amenizar a condição de uma pessoa negra, como se ser negra/o fosse algo ruim. Foi construída durante muito tempo, a partir da palavra negro/a, uma visão pejorativa.

Vem dos tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano; acreditava-se que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui, aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam (CARNEIRO, 2011, p. 59).

A professora Herlanne faz a seguinte colocação: “Durante muito tempo me reconheci como parda porque é o que tem lá na nossa certidão, e até ter contato com algumas discussões na UFAL foi que eu comecei a repensar sobre isso e me autodeclarar negra”. Portanto, foi apenas na universidade, quando teve o primeiro contato com as discussões, que a professora passou a ter o questionamento sobre o seu pertencimento étnico-racial. Ainda sobre esse processo, Taise recorda:

Sempre me chamaram de morena, eu lembro que meu presente de 12 ou foi 15 anos foi um alisamento. Meu cabelo sempre foi muito cheio, sempre foi uma dificuldade grande, e eu assim minha mãe é negra da pele escura, minha vó, mas eu nasci com a pele clara e ainda mais eu tenho os traços mais finos, a única coisa que me identificava mais como negra era o meu cabelo e eu alisava (Professora Taise).

De acordo com a professora, mesmo sua mãe e avó sendo negras, por ela ter a pele mais clara e ter traços mais finos, não sentia a necessidade de refletir sobre sua identidade de mulher negra. Ao contrário, desde muito cedo, foi influenciada a romper com a característica mais forte que ela tinha enquanto menina negra. E foi assim por muito tempo, até o momento em que ela passou a se perceber e se questionar sobre o seu pertencimento.

Tudo veio a partir do meu cabelo, com a questão da mídia que começou a valorizar um pouco mais a estética negra, então eu fui começando a perceber [...] partindo da minha estética eu fui começando a ler outras coisas, a ver, ouvir palestras, então a gente vai abrindo o nosso olhar pra isso, mas tudo passou da estética (Professora Taise).

Segundo a professora, tudo começou a partir da estética, e mais especificamente a partir do seu cabelo. Nesse processo, a valorização da estética negra foi fundamental para a aceitação de sua identidade, além da representação na mídia, que, nesse caso, teve influência positiva. Segundo Munanga (2020, p. 19):

A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade.

Portanto, o cabelo, assim como as características fenotípicas e a cor da pele, são os principais pontos que interferem inicialmente no processo de construção da identidade étnico-racial. E, mediante esse processo, outros fatores vão se tornando fundamentais, como a influência da família, dos amigos e o acesso ao conhecimento.

Como isso sempre foi uma questão pra mim, eu ia até no salão e as pessoas mesmo eu pagando não queriam trabalhar no meu cabelo por ele ser muito cheio [...] eu me abusei, eu digo eu não quero mais perder o meu tempo, me sentir humilhada, que eu me sentia humilhada, e assim depois a mídia começou né, as atrizes, modelos e tal se aceitar, apareceu a estética negra na televisão, eu fui me aceitando mais, até que resolvi passar pela transição e ninguém acreditava (Professora Taise).

Podemos perceber na fala da professora que, mesmo quando ela decide se reconhecer, existe uma série de fatores que passam a interferir, ou seja, as pessoas do seu convívio não acreditavam que ela iria passar pela transição, cortar o seu

cabelo grande e liso, mesmo que precisasse fazer uso de produtos químicos para aderir à naturalidade dos seus cabelos. As pessoas não entendiam, mas para ela esse processo era significativo para a construção de sua identidade.

O cabelo, assim como outras características, é considerado símbolo de resistência, e ficou perceptível, nas falas de algumas entrevistadas, que ele foi ponto de partida para a afirmação da identidade negra. Nesse processo, a experiência com o cabelo também deixa memórias marcantes. Gomes (2010, 148) afirma que, “[...] ao tomarem o cabelo e o corpo como símbolos de beleza, eles participam de um movimento de mudança do olhar do negro sobre si mesmo e do olhar do outro sobre o negro”. A professora Sayonara relata sua experiência com o seu cabelo desde criança:

Eu, enquanto pessoa eu não gostava muito do meu cabelo, mãe sempre teve o cabelo muito liso e pouquinho, o meu sempre foi cacheado e muito, muito mesmo [...] e a gente tinha essa coisa de ter a vaidade, de se gostar né. Eu sempre dizia por que mãe eu não nasci do seu jeito? Mas acho assim que é uma coisa que influencia quando você é xingado em algum momento de cabelo de Bombрил e tal, e quando você realmente vai pra questão de adolescente você tem essa coisa de autoestima, de se gostar. A orelha grande, o nariz achatado, então essas questões aí, a gente vai percebendo aos poucos que querendo ou não pega em você (Professora Sayonara).

Apesar de a professora afirmar que sempre se reconheceu como negra, ela tem relatos fortíssimos acerca desse processo, principalmente com o seu cabelo e com suas características fenotípicas. Ela viveu experiências que ficaram na sua memória e a fazem refletir até os dias atuais.

Quando criança mãe nunca deixava ir pra escola com cabelo solto. O meu cabelo parecia um balaio realmente [...] eu nunca tenho foto com cabelo solto e aí o que eu percebia, na época que era pequena assim mãe dizia assim que era como se fosse uma forma de a criança que estava com um coque, um cachinho, um modelo no cabelo, ela estava mais limpinha do que se ela tivesse com o cabelo solto parecendo um balaio, era assim que ela dizia [...] pra você ter a noção da representatividade, então assim eu tinha, até hoje eu tenho trauma da escova que ela tinha pra prender o cabelo (Professora Sayonara).

Esse pensamento da mãe da professora infelizmente é o reflexo de uma sociedade racista e preconceituosa; uma sociedade que por muito tempo impôs padrões de beleza e ditou regras que excluía o povo negro e sua cultura. É por esse motivo que sempre deve ser reforçada a discussão sobre representatividade e sobre a ocupação dos/das negros/as em todo e qualquer lugar. A partir da representatividade e da valorização da estética negra, muitas jovens negras hoje

podem se ver, se reconhecer e se aceitar do seu jeito, sem precisar mudar para se sentir inseridas. Essa conquista só foi possível por meio de muita luta e resistência. A professora Rosenilda faz um relato que confirma o pensamento da mãe da professora Sayonara:

A gente via o momento que você era dividido pela cor porque as crianças brancas eu lembro que as professoras gostavam mais [...] na época que a gente estudava era negra, negra de cabelo de tuim, daqueles que a gente entrava na água e não molhava, de verdade, curtinho que era a mãe da gente que cortava, e a gente chegava na escola e tinha as primas brancas, e a gente via que os professores davam mais atenção àquelas crianças brancas, bem penteadas, com cabelo liso, mais arrumadas (Professora Rosenilda).

Todas as professoras passaram por questões pertinentes nesse processo de formação da identidade negra, algumas com interferências positivas e outras com experiências marcantes. Mas todas foram formando e afirmando a sua própria identidade a partir do meio em que viviam. Deixo a seguir alguns relatos de professoras que sempre se reconheceram como negras:

Como eu vim de uma família negra né, e minha família assim tem uma parte que é muito ligada ao candomblé, essas coisas, eu nunca tive essa discussão enquanto criança, pra mim era algo natural porque eu sou de Salvador, então pra mim era algo natural se reconhecer negra, você se percebe mais quando você sai e vê que a comunidade não é tão enegrecida como na cidade de Salvador [...] você percebe mais quando você entra no mercado de trabalho porque você percebe que muitas pessoas não são parecidas com você (Professora Talita).

Eu venho de uma família negra, venho de uma família de negros, pessoas negras. Então assim pra mim nunca foi problema, mas a nossa sociedade a gente sabe que é uma sociedade racista, preconceituosa, eu vim mesmo sentir isso na pele acho que eu estava no 5º ano, e aí eu senti o preconceito na pele mesmo né, e aí eu sofri, é quando vêm os questionamentos, é quando a gente procura saber por que, por que você é tratada diferente (Professora Janisete).

Eu sempre tive um bom entrosamento, apesar de ser muito tímida, mas assim eu não me sentia excluída, não me deixava, eu não me permitia ficar excluída, mesmo no infantil, no fundamental e quando fui crescendo né, notava, tinha essa diferença, mas não era uma diferença que me fizesse perceber inferior, excluída, não, isso não, eu não parava por achar que não posso (Professora Ana Vilma).

Eu vou pela questão da cor da pele, minha cor de pele é negra, mas essa questão assim de identidade, eu nunca parei pra analisar [...] antigamente quando eu era mais jovem percebia algum tipo de discriminação, mas achava que era pela questão econômica porque a gente não tinha muitas condições (Professora Estefania).

A partir das falas das professoras, percebemos a importância da família nesse processo de saber e se sentir negra. O respeito e o conhecimento que influenciaram o sentimento de pertencimento das professoras foram fundamentais.

Porém, é notório que as falas das professoras retratam a realidade na qual ainda vivemos. Mesmo que sejamos bem resolvidas e nos autodeclaremos negras, estamos expostas ao racismo diariamente porque vivemos em uma sociedade que carrega resquícios de um sistema escravocrata. A professora Janisete diz em suas falas o seguinte: “Parece que a gente precisa provar que nos temos um valor”. Mas essa realidade de preconceito e discriminação racial não anula a luta e a resistência do movimento que combate o racismo diariamente.

Desse modo, fica perceptível que atualmente todas as professoras se autodeclaram negras e são bem resolvidas com as suas identidades. Cada uma, com suas experiências, foi moldando os novos conceitos dentro de si, por meio das discussões e do contato com a temática racial.

3.2 Trajetórias/experiências

Nesse segundo bloco, as professoras falaram a respeito de suas experiências como mulheres negras e educadoras negras. Nesse contexto, discutimos sobre a importância da autoafirmação no sentido de também poder influenciar de forma positiva outras pessoas que estejam passando pelo processo de aceitação e reconhecimento. Podemos perceber também o momento em que essas professoras passam a ter o contato com a temática racial e como elas se aprofundaram nesses estudos. Para muitas delas, só puderam discutir sobre essas questões depois da universidade ou até mesmo depois que se tornaram professoras.

Depois que a gente começou a lecionar [...] quando eu comecei a dar aula que a gente foi se aprofundado né, que antigamente a gente não trabalhava nesse tema, até porque não podia nem falar, quem era louco de falar antigamente, falar de negro, branco, a distinção de cor. Era tudo aquela coisa, e tinha que aceitar do jeito que era (Professora Rosenilda).

A professora conta que só teve o contato de fato com essa discussão após se tornar professora, pois antes tudo era muito restrito e não se dava espaço para essas questões sociais. Como já abordado, todas as conquistas que já foram alcançadas até hoje devemos ao movimento negro, às pessoas que lutaram e resistiram mesmo tendo que enfrentar um sistema repressor. Temos, portanto, o

conhecimento de que na prática ainda temos muito que melhorar, porém hoje temos mais liberdade para lutar por essas questões. Nessa comparação entre antes e agora, a professora Sayonara faz a seguinte colocação: “a escola está junto com o aluno e a família do aluno, não é como na minha época que a gente estava lá somente como um coletor de ideias que vinham colocar na sua cabeça”. Atualmente, podemos discutir, questionar e, assim, expôr o nosso ponto de vista, coisa que antes era muito mais difícil.

Porém, mesmo com as constantes discussões e reivindicações que visam desconstruir os pensamentos de preconceito e discriminação, na prática é muito difícil tornar efetivo esse progresso. Como exemplo, existe a lei de número 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre a cultura africana e afro-brasileira em sala de aula. A efetivação dessa lei perpassa uma série de fatores que já foram explanados neste trabalho e agora comprovamos na fala de algumas professoras.

A gente vai pra formação, a gente sabe da obrigatoriedade da lei né, mas só que assim não era pra ser trabalhado somente em novembro ou em maio né, deveria estar dentro do currículo como um todo, e infelizmente não está, fala-se dessa temática, mas se concentra em alguns meses do ano (Professora Taise).

Essa discussão existe, agora que essa temática ela só é tratada quando chega ao mês de novembro, que chega o mês da consciência negra, e não é pra ser assim, é uma temática que era pra ser tratada no dia a dia porque o preconceito é no dia a dia, não é só no mês de novembro [...] é uma temática que devia ser mais explorada (Professora Janisete).

As falas das professoras retratam justamente a dificuldade de se trabalhar a temática étnico-racial em sala de aula, deixando claro que há sim uma discussão, mas que o tema poderia ser estudado com mais frequência e não apenas nos meses específicos. Essa é uma realidade da educação, apesar de, mesmo diante dessas questões, todas as professoras entrevistadas terem se mostradp preocupadas em garantir essa discussão em sala de aula.

[...] Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades (RIBEIRO, 2019, p. 21).

Fica perceptível que existem sim muitas dificuldades que envolvem a aplicabilidade da lei 10.639/03. Inclusive, todas as professoras entrevistadas falaram dessa dificuldade, mas também apontaram meios de tornar esse estudo presente na

vida e na formação dos alunos, buscando incentivar essa educação transformadora a que Ribeiro (2019) se refere.

Pelo menos nas minhas turmas quando eu atuei enquanto professora de língua portuguesa eu sempre busquei trazer essa temática, principalmente dentro da literatura porque a gente sabe que as mulheres negras dentro da literatura só vieram ter espaço depois de Carolina Maria de Jesus [...] tenho uma preocupação muito grande que eles se reconheçam (Professora Herlanne).

Quando eu estava coordenadora eu lembro que a gente fez um projeto bem bacana. Assim, eu tentava assim, se a gente estava falando sobre arte, aí a gente colocava artistas negros, se está falando sobre Alagoas, sobre personalidade brasileira você coloca também pra falar essa questão, então eu como coordenadora estava sempre tentando [...] quando fala das nossas brincadeiras, a gente sempre falava essa tem origem africana, essa tem origem indígena, puxando pra essas nossas raízes (Professora Taise).

Isso ficou mais presente no trabalho da escola [...] quando começou a ficar mais forte essa questão também étnico-racial, que a gente tem projetos, todos os anos a gente tem que fazer trabalhos isso com os alunos na sala de aula. Então ficou mais presente esse conhecimento aqui (Professora Ana Vilma).

Desse modo, essas discussões, bem como a professora que se autodeclara negra, podem contribuir de forma significativa no processo de formação da identidade negra. Percebe-se isso nas falas das professoras, tendo em vista que elas encaram a sua profissão como um sentido de transformação.

Eu acredito que quando a gente se reconhece, ou se aceita [...] acho que em todos os aspectos a gente consegue passar uma imagem de que a gente precisa ter convicção de onde, do mundo que a gente vive, do espaço que a gente ocupa e que a gente pode contribuir, qualquer ser humano, qualquer indivíduo ele tem como contribuir né, no seu espaço, com o que você faz independente da sua cor, da sua crença, então eu acredito que você se reconhecer como você é, acho que você passa essa imagem, você contribui pra que outras pessoas também possam se reconhecer (Professora Ana Vilma).

Portanto, um dos pontos principais dessa pesquisa é tentar identificar como o pertencimento étnico-racial das professoras pode afetar o desenvolvimento dos seus alunos na construção da identidade negra, e, a partir das falas das professoras, fica perceptível que há de fato uma interferência, comprovando que algumas professoras já influenciaram alunos nesse processo de construção e aceitação da identidade étnico-racial.

Eu como pessoa negra e consciente posso influenciar o currículo, eu já tive na coordenação [...] hoje em dia eu tenho mais cuidado pra falar, eu lembro assim que a minha estética influencia a autoestima das crianças, eu lembro que teve uma mãe que até falou comigo, disse Taise minha filha hoje se aceita bem mais vir pra escola com o cabelo solto porque ela vê você [...] eu gosto de ir pra escola com o cabelo solto porque essa questão da estética é

bem importante para as crianças, eu gosto quando elas se identificam (Professora Taise).

Então, a professora fala dessa experiência de forma positiva, pois através da sua representatividade ela pode transmitir segurança e aceitação para a sua aluna. Essa questão da representatividade é fundamental nesse processo de identificação.

Muitas pessoas perguntam como a senhora conseguiu ser professora? A gente começa a lutar e buscar o nosso espaço, a gente precisa lutar, mostrar que a gente tem direito dentro da sociedade. Muitas meninas que são negras e às vezes são tímidas, vergonhosas justamente pela cor, ou justamente pelo preconceito e eu digo é saber lutar é saber lutar na hora certa, então eu acho que serve um pouquinho como espelho (Professora Janisete).

A professora Janisete expressa em suas palavras o orgulho de poder dizer que conseguiu superar o preconceito e se tornar uma professora que pode ser exemplo para outras meninas. Ela ainda faz a seguinte colocação: “muitas vezes eu digo para as meninas, você é linda, você é uma negra linda, você é maravilhosa, se valorize, valorize sua cor”. Sabemos que esse processo nem sempre é fácil, mas essas palavras que valorizam e exaltam a estética negra são significativas.

Ainda sobre ser referência para seus alunos, a professora Talita diz: “poderia influenciar algumas outras meninas que são alunas, que talvez não tenham como referência outras pessoas negras que conseguiram se formar”.

Eu acho que a influência de valorizar o que você é, eu nunca tive problema com a questão da cor [...] mas eu sempre procuro afirmar que há diversidade, então a diversidade é o que é, o bonito do ser humano do ser humano é exatamente a questão da diversidade seja de cor de pele, seja raça, cabelo, religião (Professora Estefania).

Portanto, é nítido que a representatividade pode estar presente em vários âmbitos. A escola é um espaço onde há muitos jovens que ainda estão formando seus conceitos. Ter essa representação e exemplos de identidade negra é fundamental para essa construção e percepção de mundo. Essa construção pode ser dolorosa, pois o racismo e o preconceito estão presentes na sociedade de forma enraizada. As próprias professoras entrevistadas relatam experiências vividas que deixaram marcas.

Realmente não me senti bem. Até hoje a pessoa que me fez isso né, nessa época eu tinha cortado o meu cabelo, então pra mim foi impactante porque eu precisei cortar, eu queria cortar, pedi a mãe muito justamente para ela não prender, mas não me reconheci, eu me via como um menino, mas é isso que me marcou, essas palavras do colega que depois que eu cresci virei profissional, ensinei os filhos desse colega, mas isso ficou marcado pra mim (Professora Sayonara).

Essa experiência relatada pela professora marcou a vida dela na época e continua na memória até hoje. Ela conclui dizendo: “Isso dói na gente, dói na alma você ser tratado, destrutado pela cor da pele, até parece que a gente não tem sangue vermelho, até parece que a gente não é filho de Deus, até parece que a gente não é gente, é horrível.”

A dor da discriminação deixa marcas de fato. A professora Janisete também viveu essa experiência, tanto quando era mais jovem como agora, depois de já ter se tornado professora.

Quando eu era adolescente, na escola né a gente sofre muito esse tipo de preconceito acho que eu tinha meus oito ou nove anos, e me apedrejaram na escola da fábrica, eu estudava lá, você acredita? Por eu ser negra, isso aí me marcou, e eu não me defendi, eu só me encolhi no canto e eles diziam atira pedra na negrinha atira pedra nessa negrinha de cabelo de bucha [...] isso ficou na minha memória sabe, porque naquela época as crianças já eram instruídas pelos pais que não podia se misturar com os negros, aí quem me defendia eram os dois irmãos mais velhos, passou o ponto de eu não sair de dentro da sala, eu não saía da sala nem pra brincar no pátio, eu tinha medo de ser hostilizada, então isso aí, eu depois fui entender que ia vencer tudo isso através da educação, através da educação é que eu ia vencer toda essa questão de preconceito (Professora Janisete).

A professora relata a experiência vivida com muita emoção, acredito que pela dor e pelo trauma que tudo isso lhe causou e, ao mesmo tempo, por saber que conseguiu superar e se tornar a professora que sempre desejou ser. Portanto, o racismo é algo real, que está no nosso cotidiano, e essa mesma professora que relata sua experiência ainda quando criança, conta que viveu tudo novamente enquanto adulta e já enquanto professora. O que muda de um tempo para o outro nessa triste experiência é a sua forma de pensar: hoje ela é uma mulher empoderada, bem resolvida com sua identidade negra, alguém que tem conhecimento dos seus direitos. Ribeiro (2019, p. 11) afirma que “[...] reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo”.

Já passei por isso dentro de uma escola por certa direção, eu não me irritei, não fiquei irritada, eu simplesmente usei as palavras certas e mostrei para essa pessoa que depois veio me pedir desculpas. Eu entrei na cantina para tomar água e nesse momento que eu entrei na cantina ela disse: quem permitiu negrinha você entrar na minha cozinha? Eu olhei pra ela e disse minha filha me perdoe me desculpe que eu não sabia que aqui era sua cozinha, a escola é pública (Professora Janisete).

A professora Janisete conta esse episódio de racismo e diz que a pessoa que o cometeu depois se justificou dizendo que pensava que ela era serviçal, ou seja, mais

um questionamento que nos faz pensar sobre o lugar que a/o negra/o ocupa ou que as pessoas acham que ele/a deve ocupar.

Mesmo que eu fosse serviçal não lhe dava o direito de falar dessa forma, primeiro meu nome é Janisete Alves Feitosa, segundo não sou serviçal e se fosse serviçal não teria problema nenhum. Sou uma professora, estou lá na palestra no pátio e vim tomar água, como não vi ninguém aqui peguei um copo e tomei [...] eu disse não, você não precisa me pedir desculpas só porque eu sou uma professora, a senhora tem que aprender a tratar as pessoas (Professora Janisete) .

Pedir desculpas depois de saber que ela era uma professora e não uma serviçal só retrata ainda mais o quanto ser pobre e negro/a no Brasil é difícil. Retrata o quanto pessoas ainda sofrem esse tipo de discriminação diariamente por não terem voz ativa ou um cargo mais importante e, muitas vezes por necessidade, suportam calados. Acerca dessas experiências, a professora Sayonara também relata casos de racismo presenciados na escola.

Eu tenho um pai de uma aluna que não sei não o que é aquilo. As meninas, essa filha desse senhor de pele branca, essa outra menina de pele negra, mas elas não tinham problema, mas ele tinha, ele não queria que a filha dele brincasse com a outra, de chegar até o diretor e a gente expor essa questão e o diretor ter que conversar. Uma coisa triste, como você passa isso para uma criança que tem a inocência e não via problema (Professora Sayonara).

Presenciar esse tipo de racismo na escola, e ainda mais partindo de pais de crianças, fez a professora recordar o quando ela também já tinha sofrido quando criança, e pensar que essas histórias ainda se repetem, mesmo que seja com menos frequência ou de modo mais velado, é algo que ainda está presente. A professora Herlanne também viveu essa experiência de racismo na escola:

Ensino fundamental era uma peça Romeu e Julieta e a professora não me deixou ser Julieta porque as princesas eram brancas [...] isso me marcou, até assim ainda marca né, só que não tanto porque agora tenho outra imagem né, principalmente essa questão de contos de fada, de princesas brancas (Professora Herlanne).

Ainda sobre racismo, a professora Talita diz:

Geralmente a gente evita determinadas brigas [...] tem a questão de a gente entrar em determinados locais e você perceber que as pessoas olham de maneira como se aquele ambiente não fosse pra você, tem essas questões também até de você se perguntar em relação assim, agora mesmo eu terminei o meu mestrado, estou entrando no doutorado e só tinha eu e outro menino negro de 36 alunos. Então você se pergunta meu Deus esse ambiente é pra mim? Por mais que as pessoas não olhem de uma maneira diferente pra você, você percebe que ali não foi um ambiente criado para você (Professora Talita).

O que a professora aponta é justamente a respeito dessa diferença que existe nos meios. Sobre o olhar das pessoas, sobre essa perseguição, é poder de fato questionar a respeito do espaço que o negro ocupa na sociedade. A professora Rosenilda expressa em suas falas a preocupação com esse racismo estrutural e institucional.

A gente vive diariamente isso, principalmente os nossos filhos que vive na capital estudando, e a gente sabe que elas vivem em uma área que abrange, que medicina é uma área que abrange mais brancos, por incrível que pareça são poucas as pessoas negras, e elas convivem em cursinhos e aulas que só têm mais pessoas brancas (Professora Rosenilda).

Quando a professora fala dessa preocupação e dessa diferença presente no curso de medicina, ela conta também que suas filhas já presenciaram falas que confirmam o quanto existem pessoas incomodadas pelo fato de pessoas negras ou pobres estarem conseguindo ocupar esses lugares.

Sabendo dessa distinção de cor e tendo o conhecimento sobre o quanto o racismo ainda se encontra presente na nossa sociedade, a professora Ana Vilma fala com emoção sobre o reconhecimento do seu trabalho:

Eu chego a me emocionar porque assim tanto na escola de educação infantil, quanto aqui eu sempre fui muito reconhecida pelo meu trabalho, eu me sinto feliz pelo meu trabalho, as pessoas me apoiam pra situações ou pra cargo, como eu fui apoiada para o cargo de gestão, hoje eu estou na coordenação, recebi outros convites também. Então assim eu percebo que em relação à cor isso não foi um empecilho né, as pessoas sempre buscaram ver esse meu potencial, independente da minha cor (Professora Ana Vilma).

Então, nesse processo de trajetória das professoras negras, percebemos que cada uma dessas mulheres carrega consigo um leque de experiências que foram interferindo no seu pertencimento étnico-racial. São diversos os sentimentos expressados por essas mulheres. São perceptíveis a dor e a tristeza por terem que enfrentar o racismo, mas é notável também o orgulho por terem superado todas as barreiras presentes em suas trajetórias.

Atualmente nenhuma das professoras entrevistadas faz parte de movimentos sociais, mas as professoras Talita, Herlanne e Janisete se consideram militantes das causas do movimento negro e do feminismo. E todas as professoras se percebem tendo um compromisso com a discussão e abordagem étnico-racial, tanto no espaço escolar como no cotidiano. A professora Herlanne relata sobre esse compromisso: “não só dentro da escola, mas enquanto em vida a minha ideia é justamente que eu continue sendo atuante”.

Eu me sinto muito aberta, muito à vontade em falar sobre isso, as vezes que precisei falar em sala de aula ou com colegas ou discutir, eu sempre me coloquei muito aberta [...] admiro muito quem briga hoje brigar no sentido de pelo direito, pela razão que todos sejam reconhecidos (Professora Ana Vilma).

Compreendemos, a partir das experiências das professoras entrevistadas, que ser uma mulher negra é resistir contra um sistema opressor e lutar contra a sociedade onde ainda perdura o pensamento misógino e machista do patriarcalismo. Mesmo as professoras não fazendo parte de nenhum movimento e algumas não se considerarem militantes ou ativistas, todas apresentam uma consciência política e compreendem que todas as conquistas fazem parte de uma construção anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender o sentido de ser mulher negra e educadora negra. O desenvolvimento da pesquisa sucedeu-se a partir dos estudos de autores que discutem sobre identidade, relações étnico-raciais, feminismo, feminismo negro e educação, e por fontes orais, através das entrevistas com as professoras negras.

A partir desses estudos e das falas das professoras entrevistadas, buscamos identificar como o pertencimento étnico-racial das professoras pode afetar o desenvolvimento dos alunos na construção da identidade negra. Esse questionamento nos levou a repensar uma série de fatores. Percebemos que, de fato, a professora pode interferir na formação da identidade dos seus alunos, uma vez que são vistas por muitos deles como exemplo, através da valorização da estética negra, ou até mesmo pela educação que se baseia no respeito à diversidade, uma vez que todas as professoras mostraram ter um compromisso com a discussão étnico-racial. Essa questão confirma a necessidade da representatividade negra.

O objetivo central da pesquisa foi analisar o processo de formação da identidade negra das professoras a partir de suas experiências. Diante disso, estudamos autores que fazem a discussão sobre identidade, entendendo que essa identidade está em constantes transformações, e que ela pode ser influenciada a partir do meio em que estamos inseridos. Percebemos também que o convívio familiar é fundamental nesse processo de saber-se e sentir-se negro/a. Verificamos que atualmente todas as professoras se autodeclaram negras, porém houve duas que passaram por um processo de autorreconhecimento, e só vieram a perceberem a si mesmas como negras após o contato com a temática racial, algumas já depois da universidade, outras quando se tornaram professoras. As demais professoras sempre se reconheceram negras, e deixaram nítido que a família assume uma parte muito importante nesse processo. Essas professoras não passaram por um processo de rompimento de identidade, mas viveram o racismo no seu cotidiano e só vieram a se tornar mais politizadas quando de fato tiveram contato com essa discussão.

Partindo do objetivo principal, buscamos compreender a condição da mulher negra na sociedade brasileira. Os estudos de Carneiro (2003) e Ribeiro (2017)

fazem essa discussão, deixando-nos a reflexão sobre os lugares que essas mulheres negras ocupam, quando precisam lutar contra um sistema machista, racista e sexista. Nos relatos de racismo vivenciados pelas professoras entrevistadas, elas contam que muitas vezes já foram confundidas com serviçais, ou seja, ainda paira sobre a mulher negra essa imagem retrógrada, pela qual ela é vista apenas como dona de casa, ou empregada doméstica. É por esse motivo que, quando uma mulher negra assume a sua identidade e desconstrói essa imagem, ela demonstra uma forma de resistência que luta e representa todas as mulheres negras.

Dentro desse contexto, fizemos uma abordagem sobre a inserção do/a negro/a na sociedade brasileira, tendo em vista que os sujeitos da pesquisa são professoras negras. A partir dessa discussão, buscamos identificar a efetivação da lei 10.639/03 e como ela pode contribuir na construção da identidade étnico-racial. Diante dos estudos, foi perceptível que a aplicabilidade da lei enfrenta diversos fatores, entre eles a formação continuada dos professores e os recursos necessários para se trabalhar a temática em sala de aula. Essas dificuldades existem, e infelizmente essa discussão, em grande parte, só acontece em meses específicos. Porém, quando aplicada, tem sentido transformador, no que diz respeito a poder fomentar discussões capazes inclusive de influenciar o desenvolvimento da identidade negra de aluno/as negro/as. As professoras entrevistadas assumem o compromisso com essa discussão, no sentido de poder mudar a realidade onde o racismo e o preconceito se encontram presentes. As próprias professoras relatam suas experiências com o racismo e como ele pode afetar o desenvolvimento da identidade negra. Essas experiências foram marcantes e deixaram cicatrizes, mas as professoras se mostram orgulhosas pelo sentimento de superação e empoderamento, que se deu por meio da educação.

Por fim, ressalvo que, a partir desta pesquisa, pode-se aprofundar os estudos acerca da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas do município, sendo possível também abordar outras formas de tornar essa discussão presente no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.
- ARAGÃO, Ana Vilma Francisco de Souza. **Entrevista concedida a Lizandra Noia da Silva**. Delmiro Gouveia/AL, 08 set. 2021.
- ARAÚJO, Márcia Luiza Pires de. A escola primária da Frente Negra Brasileira em São Paulo (1931-1937). In: OLIVEIRA, Iolanda de et. al (Org.). **Negro e educação 4: linguagens, resistências e políticas públicas**. São Paulo/SP: Ação Educativa, 2007. p. 39-55.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.
- _____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 345-374, jan.-jun. 2007a.
- _____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007b.
- _____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Rev. Bras. Educ.** Vol. 13. No. 39. Rio de Janeiro Sept./Dec. 2008.
- GODOY, Eliete Aparecida de. A ausência das questões raciais na formação inicial de professores e a lei 10.639/03. **Rev. Educ. PUC-Camp**, Campinas, 22 (1): 77-92, jan./abr. 2017.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Brasília: Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, Ministério da Educação, 2005.
- _____. Educação e Identidade negra. **Aletria**, v. 9, p. 38-47, 2002.
- _____. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008.
- _____. Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele. In: BARBOSA, Lúcia Maria de assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **De preto a afrodescendente**: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EDFUSCAR, 2010.

FELIZARDO, Marina do Nascimento Neve. **Negras Marias: Memórias e Identidades de Professoras de História.** (Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KABENGELE, Daniela do Carmo. **O “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892): e o transito das mercês.** Aracaju: EDUNIT, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LISBOA, Rosenilda Ramalho. **Entrevista concedida a Lizandra Noia da Silva.** Delmiro Gouveia/AL, 10 set. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** 4. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PEREIRA, Almicar Araujo. O movimento negro brasileiro e a lei n° 10.639/03: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 13-30, jan./abr. 2017.

PINTO, Regina Paim. Raça e educação: uma articulação incipiente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 41-50, 1992.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

_____. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Janizete Alves Feitosa. **Entrevista concedida a Lizandra Noia da Silva.** Delmiro Gouveia/AL, 14 set. 2021.

SANTANA, Herlanne Nayara do Nascimento. **Entrevista concedida a Lizandra Noia da Silva.** Delmiro Gouveia/AL, 10 set. 2021.

SANTANA, Talita Cruz de. **Entrevista concedida a Lizandra Noia da Silva.** Delmiro Gouveia/AL, 13 set. 2021.

SANTOS, Anderson Oramisio et al. A história da educação de negros no Brasil e o pensamento educacional de professores negros no século XIX. **XI Congresso Nacional de Educação** – Educere, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 20855-20869, 2013.

SANTOS, Estefania Gomes dos. **Entrevista concedida a Lizandra Noia da Silva.** Delmiro Gouveia/AL, 14 set. 2021.

SANTOS, Marcio André dos. Preto, Pardo, Negro, Afrodescendente: as muitas faces da negritude brasileira. In: Brandão, A. P. (Org.). **Modos de Fazer: Cadernos de atividades, saberes e fazeres**, v. 4. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho,

2010. Disponível em: <file:///F:/MODOSDEFAZER-WEB-CORRIGIDA.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

SANTOS, Taise dos. **Entrevista concedida a Lizandra Noia da Silva**. Delmiro Gouveia/AL, 02 set. 2021.

SILVA, Sayonara Alves da. **Entrevista concedida a Lizandra Noia da Silva**. Delmiro Gouveia/AL, 13 set. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Claudilene Maria. **Professoras negras**: construindo identidades e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 162 f., 2009.

_____. Identidade Feminina. **Cadernos Geledés**, v. 4, São Paulo, p. 9-12, 1993.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 2-63.

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO REALIZADO PARA ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS SERTÃO

**TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS NEGRAS EM DELMIRO GOUVEIA/AL:
MEMÓRIAS E IDENTIDADES**

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

Nome:

Idade:

Autodeclaração (preto + pardo = negra, branca, indígena ou amarela):

Formação:

Instituição: Completo: Incompleto:

Religião: (opcional)

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL:

- Você sempre se reconheceu como negra?
- Em que momento da vida começou a se questionar e ter a compreensão de seu pertencimento étnico-racial?
- Como foi o seu processo de auto reconhecimento? Conte-nos sobre isso.
- Sentiu alguma interferência (positiva ou negativa) do convívio entre família e amigos, nesse processo?
- Você é bem resolvida com sua aparência de mulher negra? Já tentou mudar algo na sua aparência, ou atitudes para tentar se enquadrar no contexto social inserido pela sociedade branca?

TRAJETÓRIA/EXPERIÊNCIAS:

- Você sempre quis ser professora?
- Em algum momento se sentiu insegura em relação a se tornar uma professora por ser negra? E qual foi este sentimento? Poderia relatar.
- Quando teve o primeiro contato com a temática racial?

- Existe uma discussão sobre a temática racial no espaço escolar em que atua? Como essa temática é tratada?
- Você conhece a lei 10.639/03? O que acha do desenvolvimento da lei 10.639/03 no quesito aplicabilidade?
- Como sua autoafirmação pode influenciar sua prática pedagógica?
- Já viveu alguma experiência de preconceito e discriminação racial? Como reagiu?
- Qual o seu ponto de vista sobre racismo? Nos dias atuais, como você percebe o racismo?
- Já fez ou faz parte de algum movimento social?
- Considera-se um militante ou ativista das causas do movimento negro?
- Enquanto mulher negra e educadora, quais as memórias que mais marcaram sua trajetória como profissional da educação?
- Você se percebe tendo um compromisso com a discussão e abordagem étnico-racial no espaço da escola e no seu cotidiano?

ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa Trajetória de professoras negras em Delmiro Gouveia/AL: memórias e identidades, da pesquisadora Lizandra Noia da Silva. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a mulheres negras, professoras negras.
2. A importância deste estudo é a de poder compreender o sentido de ser mulher, negra e professora negra na cidade de Delmiro Gouveia/AL.
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: analisar o processo de formação identitária das professoras negras; identificar se o pertencimento étnico-racial das professoras negras pode afetar o desenvolvimento dos alunos na construção da identidade étnico-racial.
4. A coleta de dados começará em 2019 e terminará em 2021.
5. O estudo será feito da seguinte maneira: através das diversas análises discutida por teóricos do campo da história, da sociologia, antropologia e educação. Além do ponto central da pesquisa que é as entrevistas com as professoras negras do município.
6. A sua participação será nas seguintes etapas: Entrevistas.
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: publicação do projeto com autoria dos pesquisadores; contribuição para uma representatividade junto à sociedade delmirenses.
10. Você será informado (a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.
15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu,,
tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha

participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
 Endereço: Travessa: Marcilio Dias, n. 05.
 Complemento: Casa
 Cidade/CEP: 57480-000
 Telefone: (82) 98162-8077
 Ponto de referência: Próximo ao Mercado Campo Grande

Contato de urgência: Sr(a). Lizandra Noia da Silva

Endereço: Travessa: Marcilio Dias, n: 05.
 Complemento: Casa
 Cidade/CEP: 57480-000
 Telefone: (82) 98113 7687
 Ponto de referência: Próximo ao mercado campo grande

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
 Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
 Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 às 12:00hs.
 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Delmiro Gouveia/AL, ____/____/_____.

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)